

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

PEDRO FELIPE DA SILVA ALT

**A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA NA ÁFRICA E OS PROGRAMAS DE AJUSTE
ESTRUTURAL: OS CASOS DE COSTA DO MARFIM E GANA**

Porto Alegre

2015

PEDRO FELIPE DA SILVA ALT

**A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA NA ÁFRICA E OS PROGRAMAS DE AJUSTE
ESTRUTURAL: OS CASOS DE COSTA DO MARFIM E GANA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

da Silva Alt, Pedro Felipe

A Crise da Dívida Externa na África e Os Programas de Ajuste Estrutural: Os Casos de Costa do Marfim e Gana / Pedro Felipe da Silva Alt. -- 2015.
64 f.

Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. África. 2. Ajuste Estrutural. 3. Costa do Marfim. 4. Dívida Externa. 5. Gana. I. Fagundes Visentini, Paulo Gilberto, orient. II. Título.

PEDRO FELIPE DA SILVA ALT

**A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA NA ÁFRICA E PROGRAMAS DE AJUSTE
ESTRUTURAL: OS CASOS DE COSTA DO MARFIM E GANA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 30 de novembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador
UFRGS

Prof. Dra. Analúcia Danilevich Pereira
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Milan
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à União Federal por ter me oportunizado um ensino superior de qualidade e gratuidade através da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Reconheço também a participação de cada trabalhador da Faculdade de Ciências Econômicas, do corpo docente aos trabalhadores terceirizados, na minha formação.

À minha mãe, Rejane, que durante todos esses anos fez de tudo para que eu tivesse tudo de que precisava, um agradecimento especial. Trabalhou por décadas para que nada me faltasse – com pleno sucesso. Suas jornadas diárias renderam importantes frutos e este trabalho. No mesmo sentido, agradeço à minha avó, Emília, que há mais de década não está entre nós. Paraibana, viveu muito, viu muito e me ensinou a ter convicções e caráter.

Agradeço ao meu orientador, Paulo Visentini. Se outros tantos colegas já se referiram em inúmeras monografias ao trabalho acadêmico com ele desenvolvido, posso especialmente agradecer pelos anos de convivência diária na Secretaria do PPGEEI, no NERINT, na editoração da Austral e em alguns resmungos contra o mundo. Um grande chefe na lida diária, tenho certeza de que nutrimos uma amizade para os anos que virão. Estendo igualmente meu agradecimento à Professora Analúcia Danilevicz Pereira pelo convívio na Sala 33-A e em nossa viagem à China, além de suas óbvias contribuições acadêmicas e da participação em minha banca. Ao Professor Marcelo Milan também agradeço pela disponibilidade, pela simpatia e pelas espetaculares aulas de Economia Internacional, sem as quais eu provavelmente não embarcaria nesse trabalho e não levaria sempre uma pulga atrás da orelha com relação à frieza dos números na Economia.

Agradeço ao Sport Club Internacional pelos anos de intensa camaradagem. A alguns leitores esse agradecimento pode parecer patético, mas desconheço coisas que tenham me provocado os mais extremos dos sentimentos quanto meu coloradismo e o futebol, nessa ordem.

Por fim, e evidentemente não menos importante, agradeço à Livi, que me atura há quase cinco anos. Exemplo para mim e certamente para todos que a conhecem. Sem seu apoio, seu companheirismo, sua organização acadêmica e seus conselhos, nada da minha felicidade diária seria possível, muito menos essa monografia. Te amo.

Those Oxford men want to travel the road of legality. But Kwame has read Lenin. Lenin guides him on to the streets: 'Look', he says, 'there is power'.

'Power?', Kwame wonders.

Crowded streets, the shouts of hawkers, children sleeping in the shade of the doorways. On the corners stand gangs of teenagers looking for a fight. The muslims lie dazed by the sun. Sinewy labourers moaning under the burden of their sacks.

'Here is power!', insists the Russian.

(Ryszard Kapuściński)

RESUMO

O tema da presente monografia é a crise da dívida externa de países africanos, eclodida após o aumento da taxa de juros americana em 1979. Tendo como objeto de pesquisa as respostas oferecidas pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para que Estados devedores do continente africano pudessem solucionar essa questão, o trabalho também procura mostrar como o processo de formação da dívida externa africana é fortemente condicionado pela conjuntura internacional. No mesmo sentido, as saídas oferecidas por BM e FMI, simbolizadas principalmente através dos Programas de Ajuste Estrutural (PAEs), também foram o reflexo de uma época e foram marcadas por demandas advindas de países centrais, traduzidas em termos de condicionalidades políticas e econômicas. A fim de ilustrar o quadro enunciado, são apresentados dois estudos de caso: Costa do Marfim e Gana. Países vizinhos, eles apresentam trajetórias históricas consideravelmente distintas, mas igualmente enfrentaram a questão da dívida externa através da adoção de PAEs.

A pesquisa desenvolvida é apresentada em três seções. A primeira delas expõe o processo de formação da dívida externa africana, dividindo-o entre um contexto sistêmico e um contexto africano, sendo este diretamente dependente das condições impostas pelo Sistema Internacional. A segunda seção, por sua vez, traça um breve histórico da atuação do BM e do FMI na Periferia, e especialmente na África, até o grande momento de inflexão que foi representado pela crise da dívida externa e o risco de uma moratória generalizada de países endividados. Além disso, a segunda seção elenca as linhas gerais dos PAEs, as diferentes facetas de BM e FMI nos anos oitenta, e os efeitos diretos do ajuste no continente africano. Por fim, a terceira seção contém os estudos de caso de Costa do Marfim e Gana, apresentando os contextos de ambos os países no momento imediatamente anterior à eclosão da crise da dívida, o histórico de adoção dos PAEs e os efeitos gerais sobre cada um destes Estados africanos.

Palavras-chave: África; Ajuste Estrutural; Costa do Marfim; Dívida Externa; Gana.

ABSTRACT

The theme of this monograph is the debt crisis in African countries, hatched after an increase in U.S. interest rates in 1979. The research object is focused on the answers offered by The World Bank (WB) and the International Monetary Fund (IMF) to African indebted states in order to solve this issue, whilst the paper also seeks to show how the formation of the African external debt is strongly conditioned by the international conjuncture. Similarly, the outputs offered by WB and IMF, symbolized mainly through the Structural Adjustment Programs (SAPs), were also the reflection of an era and were marked by demands arising from core countries, translated in terms of political and economic conditionalities. In order to illustrate the statement framework, the research contains two case studies: Ivory Coast and Ghana. Neighboring countries in West Africa, they have considerably different historical trajectories, but both of them faced the same external debt problem through the adoption of SAPs.

The results of the research are presented in three sections. The first one exposes the process of formation of the African external debt, dividing its analysis between a systemic and an African contexts, the latter being directly dependent on the conditions imposed by the international system. The second section, traces a brief history of the role of the WB and IMF on the Periphery, especially in Africa, up until the great turning point represented by the debt crisis and the risk of a generalized moratorium among the indebted countries. In addition, the second section lists the general guidelines of the SAPs, the different characteristics of WB and IMF in the 1980s, and the direct effects of adjustment on the African continent. Finally, the third section contains the case studies of Ivory Coast and Ghana, with the contexts of both countries at the time immediately preceding the outbreak of the debt crisis, the adoption of SAPs and the overall effects on these African states.

Keywords: Africa; External Debt; Ghana; Ivory Coast; Structural Adjustment.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Condicionalidades e efeitos sobre países africanos.....	39
Quadro 2	– Quadro Comparativo entre Costa do Marfim e Gana.....	42
Quadro 3	– Listagem dos acordos entre Costa do Marfim e BM/FMI.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Evolução da Dívida Externa na Periferia (1975-1987).....	29
Tabela 2	– Composição do Comércio Exterior na Costa do Marfim, 1962-1986.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AID	– Agência Internacional de Desenvolvimento
AMGI	– Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
BIRD	– Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BM	– Banco Mundial
CIA	– <i>Central Intelligence Agency</i>
CIADI	– Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos
DES	– Direito Especial de Saque
EAE	– Empréstimo de Ajuste Estrutural
ESAF	– <i>Enhanced Structural Adjustment Facility</i>
Fed	– <i>Federal Reserve</i>
FMI	– Fundo Monetário Internacional
G-77	– Grupo dos 77
HIPC	– <i>Highly Indebted Poor Countries</i>
IFI	– Instituição Financeira Internacional
MNA	– Movimento dos Países Não-Alinhados
NOEI	– Nova Ordem Econômica Internacional
OCDE	– Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	– Organização das Nações Unidas
OUA	– Organização da Unidade Africana
PAE	– Programa de Ajuste Estrutural
PCF	– Partido Comunista Francês
PDCI	– <i>Parti Democratique de Côte d'Ivoire</i>
PIB	– Produto Interno Bruto
PSI	– Programa de Substituição de Importações
RDA	– <i>Rassemblement Démocratique Africain</i>
SAL	– <i>Structural Adjustment Loan</i>
SAP	– <i>Structural Adjustment Program</i>
SFI	– Sociedade Financeira Internacional
SMI	– Sistema Monetário Internacional
UNCTAD	– Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

XDR – *Special Drawing Rights*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A FORMAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA AFRICANA.....	18
2.1 O Contexto Sistêmico.....	18
2.1.1 Plano Econômico.....	18
2.1.2 Plano Político-Estratégico.....	22
2.2 O Contexto Africano.....	25
3 O AJUSTE ESTRUTURAL: PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS NA CRISE DA DÍVIDA EXTERNA.....	30
3.1 A Atuação de IFIs antes da Crise da Dívida Externa.....	31
3.2 O Momento de Inflexão e o Surgimento dos PAEs.....	33
3.3 A África sob Ajuste Estrutural.....	37
4 ESTUDOS DE CASO.....	42
4.1 Costa do Marfim.....	43
4.2 Gana.....	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
6 REFERÊNCIAS.....	55
7 APÊNDICE A – Dívida Externa Total, Longo Prazo, incluindo FMI: África Subsaariana, Costa do Marfim, Gana.....	62

1 INTRODUÇÃO

Há mais de meio século, quando a maioria dos países africanos conquistou sua independência, o otimismo permeava o continente recém emancipado politicamente. Immanuel Wallerstein, por exemplo, relata que no “Ano Africano” de 1960 o primeiro-ministro britânico Harold Macmillan afirmara que “ventos de mudança” estavam varrendo a África (WALLERSTEIN, 1967, p. 25). No início dos anos sessenta, ainda se identificava uma fase de crescimento e expansão nas economias capitalistas, representada principalmente pelo auge do Estado de Bem-Estar Social.

No imediato pós-Guerra, a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – futuramente conhecido como Banco Mundial (BM) – e a execução do Plano Marshall, ambas iniciativas lideradas pelos Estados Unidos da América (EUA), permitiram a recuperação da economia europeia e a confirmação da hegemonia americana no bloco capitalista. Apesar de os EUA terem sido os principais beneficiados pela recuperação europeia e japonesa, a crescente demanda das áreas recuperadas também beneficiava a Periferia e a África. Os novos Estados puderam aproveitar os últimos momentos da chamada “Era de Ouro do Capitalismo”, marcada por constante crescimento econômico no Centro, proporcionando maior demanda por produtos advindos da Periferia, bem como a elevação de seus termos de troca, salvo algumas exceções (HOBSBAWM, 1995).

A independência política, por outro lado, permitiu relativa autonomia para a implementação de projetos outrora impossibilitados pelos limites da colonização. Em muitos casos, a ampliação da infraestrutura local, antes concentrada no escoamento produtivo, e dos gastos sociais logrou ser financiada pela balança comercial. Em outros casos, os primeiros empréstimos passaram a ser tomados junto a outros Estados e bancos estrangeiros, seja pelo fraco volume exportado, seja pela complexidade dos projetos a serem postos em prática. No plano diplomático, diferentes iniciativas que visavam à integração regional e continental foram propostas, redundando na criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963.

Essa dinâmica, contudo, se esgotou a partir de uma série de episódios que ou tiveram forte influência externa ou não foram protagonizados pela África. Já em 1960, frente à possibilidade da perda do controle sobre as ricas reservas de minérios localizadas na província de Katanga por

companhias multinacionais, eclodira a primeira Crise do Congo, à qual se seguiu a morte de Patrice Lumumba. Em 1963, dias antes da inauguração da OUA, ocorreu o primeiro golpe de Estado africano, com o assassinato do presidente togolês Sylvanus Olympio, que ousara propor uma mudança no arranjo monetário estabelecido com a França¹ e impedir a incorporação às Forças Armadas Togolesas de soldados que haviam servido em solo francês. Em 1966, foi a vez do ganhês Kwame Nkrumah, líder pan-africanista e do Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA), ser deposto com a colaboração da *Central Intelligence Agency* (CIA) e de vizinhos moderados, como a Costa do Marfim, enquanto visitava a República Popular da China e o Sudeste Asiático. A preocupação de Estados centrais com os destinos estratégicos dos países africanos aumentava.

Dentro do Bloco Capitalista, ataques especulativos começaram a ser direcionados ao dólar americano, moeda que então era lastreada no ouro e garantia estabilidade ao Sistema Monetário Internacional (SMI), durante os anos sessenta. Na Europa, sobretudo em Londres, investidores aproveitaram a maior desregulamentação em comparação às leis norte-americanas e para lá direcionaram maiores volumes de capital e ampliando o volume de bancos dispostos a conceder crédito (HELLEINER, 1994). Após o fim da convertibilidade com a Libra Esterlina, ocorrida em 1968, o governo americano, após encontrar-se em déficit e seguir sofrendo com os ataques especulativos contra sua moeda, também findou a paridade fixa dólar-ouro em 1971. Uma consequência direta desse fato foi a maior dificuldade enfrentada por países, sobretudo os países primário-exportadores, em ajustarem seu balanço de pagamentos com o fim da convertibilidade e a escalada na especulação cambial em outras moedas. O continente africano foi um dos mais afetados por esse processo.

Dois anos depois, em 1973, frente ao apoio de alguns Estados centrais a Israel na Guerra do Yom Kippur, os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) decidem conjuntamente quadruplicar o preço do barril de petróleo. Algumas das principais beneficiadas pela medida, porém, são “as Sete Irmãs”, maiores companhias petrolíferas. Estava instaurada uma crise de proporções globais a partir da dificuldade em se importar o hidrocarboneto com a súbita elevação de preços, prejudicando países não-produtores de petróleo, periféricos ou não, que tinham

¹ O Franco CFA foi criado no pós-Guerra e atrelava, primeiramente entre as colônias francesas na África e posteriormente entre a maioria dos países independentes francófonos, a emissão local de moedas ao Banco Central Francês. Esse quadro impossibilita maior autonomia à economia dos países que adotam a moeda, abrindo margem para propostas alternativas como a do caso togolês (MASSON; PORTILLO, 2005, p. 45-46).

de buscar divisas para compra-lo. No caso da África, o quadro se tornou ainda mais nebuloso a partir da recessão nos países centrais, que diminuem sua demanda por produtos primários e, com isso, derrubam os termos de troca dos produtos majoritariamente exportados pelo continente, salvo algumas exceções.

Esse contexto de crise econômica e deterioração dos termos de troca, aliado à necessidade de se obter divisas para financiar especiais características do Estado africano – como as redes internas de clientelismo e a própria dificuldade na provisão de serviços públicos e infraestrutura – acabaram provocando um quadro de endividamento externo de países africanos (CLAPHAM, 1996; HERBST, 2000). A liquidez que propiciava esse endividamento, por sua vez, advinha do próprio choque do petróleo – com o depósito dos petrodólares em bancos ocidentais – e da maior desregulamentação econômica, simbolizada principalmente pelos eurodólares. Portanto, em um momento de inflexão, os débitos externos africanos, que costumeiramente eram estabelecidos a partir de acordos bilaterais com ex-potências coloniais, passam a se direcionar para credores privados. Esses novos credores, por sua vez, sob pena de manter vastos volumes de divisas em seus cofres, emprestam sem muitas exigências.

O resultado desse cenário foi, em 1979, a eclosão da crise da dívida externa. Não apenas na África, mas também na América Latina, na Ásia e na própria Europa países subitamente se viram acossados por uma crescente dívida a ser paga, a qual era constantemente ampliada pelo serviço da dívida. Isso se deu a partir da “diplomacia do dólar forte”, iniciada pelo Fed após uma década de constantes desvalorizações da moeda americana (TAVARES, 1997). Ao elevar a taxa de juros e valorizar o dólar, Washington buscava retomar o controle sobre o capital, sobretudo financeiro, que vinha lhe escapando desde o fim dos anos sessenta – uma vitória de *Wall Street* sobre *Main Street* (SCHEER, 2010). Para completar o quadro, as políticas empregadas pelo governo americano ecoavam em solo londrino e alemão, constituindo uma ofensiva conservadora de alcance mundial. No campo econômico, elas trouxeram um novo período de forte recessão nas economias centrais, tornando os termos de troca africanos ainda mais deteriorados e demandando maiores endividamentos ou a moratória.

Como resposta à crise da dívida externa em países africanos e ao eminente risco de uma moratória por parte desses países, as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) propuseram uma série de medidas de modo a sanar o problema da dívida externa – ao prover as quantias que arcariam

com o serviço da dívida – e, de acordo com o ideário econômico vigente nos maiores quotistas das IFIs, solucionar os problemas econômicos apresentados por esses Estados. Essas medidas eram as chamadas “condicionalidades” e foram cristalizadas através dos Programas de Ajuste Estrutural (PAEs)². Sem a adoção das condicionalidades, os países endividados não logravam obter os recursos necessários para arcar com o serviço da dívida externa e corriam o risco de sofrer sanções e boicote por parte de países e instituições credoras. Ao adotá-las, por outro lado, os Estados africanos abriam mão de boa parte de sua independência em termos de política econômica, com as possíveis consequências políticas e sociais de tal ação.

O período que se seguiu à adoção dos PAEs por parte dos países africanos ficou conhecido como “a década perdida”. Marcado sobretudo por baixas – quando não negativas – taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB *per capita*, altos índices de desemprego e inflação, e uma escalada no volume referente à dívida externa, este intervalo teve uma participação dos PAEs em praticamente todo o continente africano. Nesse sentido, o problema de pesquisa apresentado pelo trabalho é: como avaliar a chamada “década perdida” da África tendo como fio condutor a análise desse processo de endividamento externo e das alternativas para solucioná-lo?

Assim, o tema da monografia é o endividamento externo dos países africanos. O objeto de pesquisa abarca o processo de formação desse endividamento e como as IFIs procuraram solucioná-lo após a eclosão da crise da dívida externa na Periferia. São três as hipóteses principais do trabalho: 1) as causas para a formação da dívida externa africana são tanto internas quanto externas ao continente africano; 2) os PAEs impuseram medidas que não condiziam com as reais necessidades de países africanos; 3) apesar da similitude entre os PAEs adotados por países africanos, as consequências dos programas dependeram dos contextos políticos apresentados pelos Estados receptores.

De modo a dialogar com as hipóteses listadas acima, são objetivos do trabalho: identificar quais eventos colaboraram para a instauração de um quadro propício ao endividamento externo dos países africanos; analisar, dentro dos elementos pertinentes ao continente, como se deu a formação e a multiplicação da dívida externa; elencar as características dos PAEs e esmiuçar as suas

² A literatura costuma apresentar os PAEs através da sigla SAPs, derivada do original em inglês: Structural Adjustment Programs.

consequências sobre o quadro econômico do continente africano; exemplificar através de dois estudos de caso os efeitos concretos sobre dois Estados africanos – Costa do Marfim e Gana.

A monografia desenvolvida é justificada por quatro principais fatores. O primeiro deles diz respeito à pesquisa desenvolvida pelo autor ao longo da graduação, a qual esteve locada no Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) e na análise do sistema interafricano de Relações Internacionais. A partir da leitura de bibliografia especializada, o autor identificou uma costumeira indicação da influência dos PAEs nos rumos tomados por Estados africanos a partir dos anos oitenta, sem, contudo, encontrar algum aprofundamento do objeto de pesquisa, provocando a leitura de livros e artigos que dizem respeito ao mesmo.

Em segundo lugar e em diálogo com o parágrafo anterior, o autor foi instigado pela crescente comprovação através da literatura especializada da relação entre a adoção dos PAEs e episódios da história recente do continente africano. Seja pela insatisfação popular a partir de fracos índices socioeconômicos, seja pela incapacidade de seguir mantendo o Estado em favor da estabilidade governamental com menores recursos, os efeitos dos PAEs colaboraram para acontecimentos que ultrapassavam a fronteira do plano meramente econômico.

Em terceiro lugar, o fato de que os três Estados com a maior dívida externa no momento da eclosão da crise da dívida externa eram latino-americanos – Argentina, Brasil e México – fez com que os estudos que dialogassem com o tema da dívida externa se voltassem para a América Latina na Academia de nosso subcontinente. Nesse sentido, a África é relativamente negligenciada no que diz respeito ao tema do endividamento externo e este trabalho procura preencher um pouco dessa lacuna.

Por fim, o desenvolvimento da pesquisa procurou abarcar uma série de autores que não são comumente utilizados no estudo da África na Academia brasileira. A disponibilização desta monografia em repositório digital permitirá que um maior público possa também dialogar com essas fontes e expandir, assim, a pesquisa africanista no Brasil.

Os estudos de caso de Costa do Marfim e Gana, por sua vez, se justificam pela semelhança na adoção dos PAEs e pelas diferenças em suas trajetórias históricas, políticas e econômicas. Países vizinhos na região costeira da África Ocidental, marfinenses e ganeses apresentaram um contexto

socioeconômico muito distinto no momento anterior à adoção dos PAEs – em 1981, no caso marfinense, e em 1983, no caso ganês (KILLICK, 2010; MANNING, 2004). Enquanto marfinenses, históricos parceiros internacionais da ex-metrópole França, viviam os últimos anos do “milagre marfinense”, período iniciado nos anos sessenta e caracterizado pelo crescimento econômico, os ganeses vinham de 15 anos de fragilidade econômica e apresentavam os piores índices socioeconômicos de sua história independente (KANBUR, 1990; KILLICK, 2010).

A monografia constitui uma análise crítica de boa parte da literatura especializada, que por anos retratou o processo de formação da dívida externa de países periféricos como um problema pertinente tão somente aos países endividados, ignorando a responsabilidade de medidas tomadas por economias centrais ou o legado herdado pelos países recém-independentes. Ademais, a obra vai se restringir à análise dos empréstimos obtidos através dos PAEs, não centrando seus esforços na participação da ajuda econômica bilateral ou multilateral, que configuram relação consideravelmente distinta (TEMPLE, 2010, p. 4433-4434).

Para formular essa análise crítica, o trabalho partiu de algumas obras seminais, as quais constituíram as bases da monografia. Já nos anos oitenta, com a formulação dos primeiros PAEs, os primeiros trabalhos voltados à crítica das políticas adotadas por IFIs emergiram, sendo os livros de Robert E. Wood (1986), Tony Killick (1995) e Mosley, Harrigan e Toye (1995) grandes exemplos desse fenômeno. Embora os efeitos ainda fossem sentidos pelos países-receptores, trabalhos desses autores foram de suma importância para o descrédito dos PAEs já no final dos anos oitenta, acarretando mudanças nos métodos empregados por IFIs ou mesmo a substituição dos programas em si.

Para apresentar a visão global das condições propícias ao endividamento externo, se lançou mão de obras que procuraram analisar o próprio processo de formação da dívida externa periférica. Nesse sentido, Singer (1989), Vinentini (1992), Helleiner (1994), Tavares (1997) e Tavares & Melin (1997) foram fundamentais. Por outro lado, obras concernentes ao processo de financeirização impulsionado a partir dos anos sessenta também foram centrais. Armstrong, Glyn & Harrison (1991) e Eichengreen (1998) possibilitaram maior compreensão das mudanças ocorridas nesse contexto, mas Sampson (1981) e Moffitt (1985) também foram centrais para a interpretação do papel desempenhado pelos bancos privados e as novas funções assumidas pelas IFIs após o risco da moratória generalizada.

No plano africano, Amin (1973) e Wallerstein (2005) são essenciais para a compreensão do legado herdado da colonização e das primeiras estruturas econômicas dos países independentes. Os economistas Lewis (2002), Hugon (2003) e Ndulu *et al.* (2008) foram basilares para a análise da evolução macroeconômica do continente. Os próprios relatórios do BM, muitas vezes feitos individualmente para cada país, e o sítio da organização foram importantes fontes para os índices econômicos e sociais do continente.

Assim, a primeira seção do desenvolvimento propriamente dito oferecerá uma visão do processo de endividamento externo, visão crítica àquelas que apresentam o processo como uma questão de estrita responsabilidade dos Estados africanos. Dessa maneira, a seção é dividida em um contexto sistêmico e um contexto africano.

A segunda seção, por sua vez, traça um breve histórico da atuação do BM e do FMI na Periferia, e especialmente na África, até o grande momento de inflexão que foi representado pela crise da dívida externa e o risco de uma moratória generalizada de países endividados. Além disso, a segunda seção elenca as linhas gerais dos PAEs, as diferentes facetas de BM e FMI nos anos oitenta, e os efeitos diretos do ajuste no continente africano. A análise da adoção dos PAEs será centrada no intervalo entre a cunhagem do termo por parte da diretoria do BM e o fim dos anos oitenta, quando as IFIs passaram a adotar novas formas de introdução das medidas liberalizantes.

Por fim, a terceira seção apresenta dois estudos de caso, representando dois países africanos que adotaram os PAEs a partir da crise da dívida externa. O primeiro caso, o da Costa do Marfim, representa um exemplo de país que vinha de contexto político e econômico favorável, com fortes relações com as potências ocidentais. A partir da crise da dívida externa, contudo, os marfinenses passaram a enfrentar sérias dificuldades econômicas, de efeitos políticos e sociais, as quais seriam influenciadas negativamente pela adoção dos PAEs. No segundo caso, o de Gana, os contextos político e econômico vinham de anos desfavoráveis, quadro ainda deteriorado pela crise da dívida externa. Contudo, a partir da adoção dos PAEs, índices econômicos e sociais passaram a apresentar números positivos, o que viria a continuar inclusive nos anos noventa. Serão analisados, em ambos os casos, o histórico de adoção dos programas e quais os efeitos imediatos.

2 A FORMAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA AFRICANA

Embora a deflagração da crise da dívida externa na Periferia tenha ocorrido a partir do final dos anos setenta, algumas de suas raízes se encontram em períodos anteriores. Do ponto de vista sistêmico, pode-se dividi-las em dois grandes planos. Em primeiro lugar, o *econômico*, marcado pela política cambial americana, que finaliza o padrão dólar-ouro em 1971 e, oito anos depois, inaugura a “diplomacia do dólar forte”; pelo processo de ampliação do mercado interbancário, abastecido pelos eurodólares da crescente especulação feita em solo europeu e pelos petrodólares dos membros da OPEP; e pelas duas grandes crises econômicas em países centrais, derivadas dos choques do petróleo de 1973 e 1979. Em segundo lugar, o plano *político-estratégico* é marcado pela bipolaridade pertinente à Guerra Fria; pela oposição de países centrais à sugestão de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) pela Periferia – uma tradução política de reivindicações econômicas –; e pela ofensiva conservadora liderada por Ronald Reagan e Margaret Thatcher a partir de 1979.

Sob o prisma do continente africano, contudo, alguns germes da crise também devem ser enumerados para a total compreensão desse processo. Nesse sentido, o contexto africano é também constituído por dois planos, um econômico e outro político. No primeiro, a preparação das ex-colônias para a perpetuação de um modelo primário-exportador é o fator central, sendo a projeção de um modelo de substituição de importações vista como a ideal superação desse quadro. No segundo plano, a preocupação com possíveis focos de instabilidade interna independentes, fazendo com que os governos lançassem mão de mecanismos de clientelismo e patronagem; e a projeção de modelos de substituição de importações como a superação desse quadro, mesmo que isso demandasse amplo financiamento externo. Esse financiamento se deu através do endividamento acumulado ao longo dos anos setenta e que, no final da década, foi subitamente multiplicado através das políticas norte-americanas.

2.1 O Contexto Sistêmico: Plano Econômico e Plano Político

2.1.1 Plano Econômico

Em julho de 1944, a Conferência de Bretton Woods, sediada no estado de New Hampshire nos EUA, contou com a presença de 44 delegações. Apesar de não estarem presentes fisicamente,

os dois grandes mentores das delegações britânica e estadunidense, John Maynard Keynes e Harry Dexter White, arquitetaram as bases do que viria a ser conhecido como o “Sistema Bretton Woods”. Além da criação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), futuramente conhecido como o Banco Mundial (BM), e do Fundo Monetário Internacional (FMI), EUA e Reino Unido acordaram uma série de medidas que visavam à estabilidade do Sistema Monetário Internacional (SMI).

Duas dessas medidas ganharam maior destaque: o controle de capitais e o estabelecimento de uma paridade fixa entre o dólar americano e o ouro. A primeira, segundo Helleiner (1994, p. 35), representava a ideia, defendida por Keynes e Dexter White, da impossibilidade de o Sistema Internacional perseverar no Pós-Guerra sob a égide do livre-mercado, possibilitando uma nova crise de grandes proporções como a de 1929. Já a segunda, que se tornou totalmente operacional apenas no ano de 1958, permitia a manutenção das reservas de outros países em dólar, que era conversível ao ouro a uma taxa fixa. Isso facilitaria a regulação de problemas de balanço de pagamentos e preveniria crises especulativas advindas de mudanças competitivas e unilaterais de taxas de câmbio.

Se, por um lado, o quadro descrito no parágrafo anterior conferia aos EUA um poder econômico inigualável baseado em sua moeda, também limitava sobremaneira suas possibilidades de ação frente a possíveis problemas de, por exemplo, balanço de pagamentos, inflação e ataques especulativos. Principalmente a partir do ano de 1968, quando foi encerrada a convertibilidade da libra esterlina em dólar, um mercado de créditos supranacional se expandiria em solo europeu, com crescente liquidez (TAVARES, 1997, p. 31). Conhecidos como mercados *offshore*, esses centros especulativos eram financiados por bancos e investidores americanos, que viam na menor regulação londrina uma oportunidade para auferir maiores lucros.

Paralelamente, a partir de 1969 os EUA passaram a apresentar um déficit no balanço de pagamentos, motivado também pela expansão das cadeias produtivas de suas companhias a outros países, onde também reinvestiam seus lucros. A desregulação das grandes economias capitalistas, as quais também possibilitaram as primeiras migrações em massa de plantas industriais para países da Periferia, acabou se potencializando através da “indisciplina do capital”, o que seria ainda mais fortalecido com a crescente volatilidade de taxas de câmbio e da especulação cambial (FIORI, 1997, p. 109). Nesse sentido, acometido também por um quadro inflacionário, o Governo Nixon

apresentou em agosto de 1971 uma nova política econômica. Dentre as principais ações tomadas por Washington, encontrava-se o unilateral fim da paridade fixa mantida até então entre o dólar e o ouro. Isto significava que outras moedas estrangeiras perderiam a estabilidade *vis-à-vis* o dólar americano, moeda de maior circulação mundial.

Na prática, essa medida do governo norte-americano tinha duas maiores consequências: por um lado, o valor das exportações de países periféricos foi seriamente depreciado a partir da valorização generalizada das moedas de países centrais (VIZENTINI, 1992, p. 12). Por outro, nos grandes centros capitalistas o fim do padrão dólar-ouro potencializou a especulação cambial e o processo de financeirização, sobretudo em solo europeu (MICHELENA, 1977, p. 55).

Esse processo, portanto, já estava em andamento e deve ser observado em uma perspectiva mais ampla, abarcando também a conjuntura europeia e seus bancos. As ações tomadas em 1971 são fundamentais para se compreender alguns fenômenos ocorridos na economia global, como a desvalorização do dólar, que motivaria as decisões tomadas pelo Fed em 1979³; o aumento da liquidez em bancos privados, possibilitando a tomada de empréstimos por parte de países periféricos; e os próprios investimentos em dólar feitos por americanos nos bancos europeus, fomentando o mercado dos chamados eurodólares (BIZ; GIRARDI, 1982, p. 11). É nesse quadro também que o FMI passa a operar a partir de 1969 uma cesta conjunta de moedas, que oferece a países Direitos Especiais de Saque (DES)⁴, que cumpririam a função de uma unidade monetária com taxa de câmbio calculada entre as moedas participantes da cesta.

A volatilidade das taxas de câmbio *vis-à-vis* a moeda controlada pelos Estados Unidos da América foi potencializada, conferindo a uma relação de demanda e oferta a responsabilidade pelo estabelecimento de taxas de câmbio (SINGER, 1989, p. 59). Além disso, muitos investidores, inclusive americanos, passaram a buscar novos mercados onde depositar seu capital muito além dos centros especulativos londrinos, incentivados pela maior liberalização da ordem financeira internacional. Como consequência da especulação cambial resultante do fim da paridade fixa com o ouro, uma ampliação do sistema interbancário foi verificada e mecanismos de ajustamento

³ Esse quadro representaria a suposta “crise da hegemonia americana”, simbolizada pela própria desvalorização do dólar ao longo dos anos setenta, a qual não culminou no fim do papel hegemônico dos EUA (FIORI, 1997, p. 107-109).

⁴ A sigla costumeiramente usada é “XDR”.

monetário do balanço de pagamento tornam-se inoperantes (TAVARES, 1997, p. 32). Nesse sentido, a moeda americana entrou em uma espiral de desvalorização em relação a outras moedas. Conforme Eichengreen (1997, p. 134), apenas no ano de 1973 o dólar se desvalorizou cerca de 10% em relação às maiores moedas europeias. O iene também se apreciou solidamente em relação ao dólar ao longo dos anos setenta.

Contudo, se o fim do padrão dólar-ouro e o comportamento dos investidores americanos alteraram a conjuntura e ampliaram o volume de dólares encontrado nos bancos europeus, eles não podem justificar por si só toda a abundância de liquidez verificada no sistema interbancário nos anos seguintes. Para isso, também é necessária a análise dos efeitos do primeiro choque do petróleo, ocorrido em 1973. Esse acontecimento ímpar na história mundial foi uma demonstração de força da OPEP, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, criada em 1963 e que, dentre seus objetivos, propunha o controle de preços e do volume a ser extraído do hidrocarboneto, bem como a quantidade a ser comercializada no mercado internacional. A quadruplicação do preço do barril de petróleo frente a discordâncias quanto à política externa de países centrais durante a Guerra do Yom Kippur⁵ causou efeitos negativos tanto em países centrais, como em periféricos, sobretudo em termos de balanço de pagamentos.

O choque do petróleo permitiu o advento dos chamados petrodólares, que consistiam em um excesso de liquidez obtido por países produtores de petróleo, mormente do Oriente Médio e da África. Esses países direcionaram esse capital excedente a bancos estrangeiros, sobretudo europeus. Novos bancos multinacionais emergiram, bem como novas fontes para obtenção de crédito. Esses bancos buscavam novos destinos para onde escoar o capital por eles retido, abrindo novas filiais ao redor do mundo e visando oportunidades de cada vez maior risco.

Nos países centrais, uma desaceleração das economias nacionais foi observada. A elevação repentina do preço do petróleo teve como consequência direta o aumento nos custos de cadeias produtivas cujas matrizes estavam centradas no hidrocarboneto. Além disso, em busca de maiores margens lucros, uma ampla porção do capital privado passou da esfera produtiva para a esfera especulativa, que se encontrava em plena ascensão. Logo, especialmente no Atlântico Norte,

⁵ Apesar de a Guerra do Yom Kippur e o embargo aos países que apoiaram Israel seja tomada como a principal justificativa para o primeiro Choque do Petróleo, Bissio (1984, p. 569) também aponta a necessidade de se levar em consideração os maiores lucros das maiores companhias petrolíferas norte-americanas.

formou-se um cenário econômico e social permeado por aumento nas taxas de desemprego, queda na produção e na demanda, e “estagflação” – fenômeno decorrente da conjunção de um cenário inflacionário e sem crescimento da renda nacional. Um exemplo desses efeitos negativos sobre as economias de países centrais é o crescimento da taxa de desemprego americana⁶.

Em 1979, Paul Volcker, presidente do Fed, inaugurou a “diplomacia do dólar forte”, a qual valorizaria a moeda americana e elevaria a taxa de juros dos EUA. Essa política, que foi iniciada ainda no Governo Carter, ganharia novo fôlego a partir do Governo Reagan (1980-1987) e visava à retomada da centralidade da moeda americana na economia mundial. A elevação da taxa de juros americana e a valorização do dólar buscava, nas palavras de Tavares (1997), “juntar o rebanho disperso”, o qual havia investido seu capital em solo europeu nos anos anteriores. O Gráfico 3 demonstra o repentino aumento das taxas promovido pelas políticas de Volcker. O ano de 1979 também traria o segundo Choque do Petróleo, outra vez proporcionado pelo aumento no preço do barril de petróleo por parte dos países da OPEP, e uma forte recessão dos países centrais. Conforme o Gráfico 3 também demonstra, a elevação da taxa de juros duraria outros anos, ampliando o alcance temporal das políticas deflacionistas norte-americanas.

2.1.2 Plano Político-Estratégico

Em relação ao plano político, é importante destacar o papel desempenhado pela bipolaridade pertinente à Guerra Fria. A disputa entre os blocos Socialista e Capitalista – e mormente entre União Soviética e EUA – envolvia angariar apoio político e exportar modelos econômicos para a Periferia. Nesse sentido, países periféricos eram compelidos a optar pelo alinhamento a um dos blocos ou então por seguir o caminho do Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA). Esse alinhamento podia envolver a assinatura de acordos de cooperação, a participação em blocos econômicos regionais e a formação de alianças militares multilaterais.

⁶ O desemprego em solo norte-americano chegou a ultrapassar os 10% da população no ano de 1982. O maior pico da década anterior havia se dado em 1975, quando não ultrapassou os 9% (McAROLE, 2010).

Paralelamente, a ajuda econômica bilateral e a concessão de empréstimos a países periféricos tinham especial função. Gottiniaux *et al.* (2015, p. 8, grifo e tradução nossos) resumem bem a importância estratégica, no ponto de vista do Centro, de submeter a Periferia:

Dos anos quarenta aos sessenta, um país após o outro conquistou sua independência das antigas potências coloniais europeias, o Bloco Soviético impôs sua influência na Europa Oriental, as revoluções chinesa e cubana triunfaram, e políticas nacionalistas e populistas implementadas por regimes capitalistas na Periferia emergiram [...]. *Os grandes empréstimos oferecidos a um número cada vez maior de países periféricos a partir dos anos sessenta [...] funcionaram como um lubrificante para um poderoso mecanismo criado com vistas a retomar o controle. Esses empréstimos direcionados visavam forçar esses países a abandonar suas políticas nacionalistas e a reforçar os laços das economias da Periferia ao mercado mundial dominado pelo Centro.* A proposta também envolvia assegurar o abastecimento de matérias-primas e alimentar as economias centrais. Ao gradualmente colocar os países periféricos em competição uns com os outros, ao incitá-los a “reforçar seus modelos de exportação”, o objetivo era baixar os preços dos produtos exportados e conseqüentemente reduzir os custos de produção e aumentar a taxa de lucro do Norte⁷.

A citação acima demonstra a existência de um conflito na disputa pelos modelos econômicos empregados pela Periferia. De um lado, políticas de tipo nacionalista, que viam no desenvolvimentismo, em Programas de Substituição de Importações (PSI) e em gastos sociais uma via para melhores condições de vida nos países periféricos. Do outro lado, estavam os interesses do Bloco Capitalista, preocupados com o sucesso dessas políticas empregadas por países não-alinhados e que viram no contexto setentista uma janela de oportunidade para atraírem novamente os casos desviantes para a ordem liberal. Cabe destacar que, conforme reforçado por Gottiniaux *et al.*, nem todos os governos periféricos que lançaram mão de políticas nacionalistas estavam alinhados ao bloco soviético, incluindo, assim, regimes abertamente capitalistas. A unidade na Periferia se daria, portanto, através do nacionalismo e da oposição à ordem mundial (BISSIO, 1984, p. 564).

⁷ Do original, em inglês: “From the 1940s to the 1960s, one country after another gained independence from the former European colonial powers, the Soviet bloc imposed its influence on eastern Europe, the Chinese and Cuban revolutions triumphed, and populist and nationalist policies implemented by capitalist regimes in the periphery emerged [...]. The massive loans granted to a growing number of periphery countries starting in the 1960s [...] acted as the lubricant for a powerful mechanism designed to take back control. These targeted loans were aimed at forcing these countries to abandon their nationalist policies and strengthen the ties of the economies of the periphery to the worldwide market dominated by the centre. The purpose was also to ensure the supply of raw materials and fuel to the economies of the centre. By gradually putting the periphery countries in competition with each other, by inciting them to ‘strengthen their export model’, the goal was to lower the prices of the products they export and consequently to reduce production costs and increase the rate of profit in the North”.

Essa busca por um modelo alternativo de desenvolvimento, embora por vezes dentro de uma lógica capitalista, resultou na proposta da NOEI. Segundo Bissio (1984, p.560), essa ordem consistia em um “conjunto articulado de reivindicações do Terceiro Mundo orientadas para corrigir e atenuar as conseqüências [sic] de uma estruturação econômica desigual, favorável às potências industriais e prejudicial aos países subdesenvolvidos.” As tentativas de se estabelecer a NOEI e transportar o diálogo Norte-Sul para o plano prático foram simbolizadas principalmente pelas Conferências do MNA, realizadas periodicamente a partir de 1955; pela criação do Grupo dos 77 (G-77) em 1972 e pela consequente criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Essa evolução institucional apresentada pela Periferia encontrou, todavia, grandes obstáculos nos anos setenta. A partir das duas grandes crises no bloco capitalista, caracterizadas pela recessão econômica, pela inflação e pelo desemprego, e já descritas em parágrafos anteriores, o Estado de Bem-Estar Social empregado no Pós-Guerra foi caracterizado como o grande vilão. Representado por economistas e cientistas políticos de formação liberal, concentrados principalmente na Escola Austríaca e na Escola de Chicago, um arcabouço teórico que elencava medidas desestatizantes foi formado. Estas miravam na redução de investimentos públicos, no corte em programas sociais, na menor influência estatal sobre liberdades individuais e, sobretudo, em maior desregulamentação econômica.

Paralelamente, as eleições no Reino Unido e nos EUA alçariam o Partido Conservador e o Partido Republicano, respectivamente, ao poder. Encabeçados por Margaret Thatcher e Ronald Reagan, as agremiações políticas seriam os veículos partidários de uma ofensiva conservadora inspirada pelo repaginado liberalismo econômico – era o advento do que ficaria conhecido como “Neoliberalismo”⁸. Apregoando uma reforma estrutural em seus países, o que serviria de exemplo para outros Estados centrais, o ideário neoliberal defendia a redução do Estado de uma forma que, no âmbito interno, ameaçava conquistas sociais da classe trabalhadora e, globalmente, permitia uma ofensiva do capital financeiro (AMIN, 2010, p. 107-08).

⁸ Para David Harvey (2007, p. 2, tradução nossa), neoliberalismo é “uma teoria de práticas de política econômica que propõe que o bem-estar humano pode ser alcançado mais facilmente através de maiores liberdades e da prática de empreendimentos individuais dentro de um arcabouço institucional caracterizado por forte direito privado à propriedade, livres-mercados e livre-comércio. O papel do Estado é o de criar e preservar um arcabouço institucional próprio para essas práticas.”

2.2 O Contexto Africano

Com o final da Segunda Guerra Mundial e o começo da Guerra Fria, uma onda de processos de descolonização percorreu todo o continente africano, com a maioria dos territórios até então colonizados conquistando suas independências até o final dos anos sessenta⁹. Ainda que os processos sejam singulares, é possível enxergar algumas características unificadoras desses novos Estados que surgiram no cenário internacional. O contexto africano, assim, pode ser dividido entre o plano político e o plano econômico, ainda que eles sejam interdependentes. No plano político, duas características principais devem ser enfatizadas aqui: a manutenção do poder das elites africanas, que cresceram econômica e politicamente durante o período colonial; e a preservação das fronteiras coloniais.

Em relação ao primeiro, os processos de independência africanos foram, em muitos casos, processos liderados pelas elites de seus respectivos países e tiveram majoritariamente o apoio da ex-metrópole, que tinha como objetivo manter uma relação de poder com as futuras ex-colônias que garantisse a continuidade de suas posições econômicas monopolísticas. A pressão estadunidense e soviética pelo fim do colonialismo na África e a radicalização de algumas lutas africanas por independência levaram os europeus a limitarem seus esforços contra as lutas anticoloniais – evidentemente com muitos exemplos desviantes, como no caso da Argélia e das ex-colônias portuguesas.

Dessa forma, relações neocoloniais se estabeleceram no continente africano, que tinha como base a manutenção de elites aliadas dos europeus no poder. A busca por soberania por parte de países africanos, portanto, é negativa – ou seja, preocupa-se com sua imagem perante a comunidade internacional, e não com sua soberania interna. As “soberanias de caixa de correio” de Clapham apontam para esse fato: é necessário apenas controlar os prédios governamentais para atingir a soberania do país e seus benefícios, sendo o principal deles a possibilidade de atuar no Sistema Internacional (CLAPHAM, 1996, p. 1-23).

⁹ Já em 1960, ano em que a maioria dos países africanos conquistou sua independência, eram poucos os territórios em que o colonialismo ainda se fazia presentes. Destacam-se nesse sentido as colônias ibéricas e os regimes racialistas da África Austral.

Em relação à segunda característica, as fronteiras dos recém-independentes Estados africanos estavam asseguradas por igualmente jovens instituições multilaterais – a Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, e a Organização da Unidade Africana (OUA), datada de 1963 – tornando conflitos externos mais raros do que os internos (SILVA, 2012, p. 33). Em vez de passar por um processo de guerras que estabeleceu fronteiras que simbolizam a capacidade do Estado de proteger seu território, no caso africano as fronteiras não foram disputadas, e sim acordada entre os países. Entre os princípios da OUA está a manutenção das fronteiras do período colonial, refletindo a vontade das elites dos países africanos em manter o status quo, não precisando gastar recursos para garantir a sobrevivência dos seus Estados (HERBST, 1989).

Em relação ao segundo plano, o econômico, ele segue as mesmas características do primeiro de manutenção de características do mundo colonial. Nesse sentido, a elite africana almeja a expansão dos modelos agrário-exportadores a partir de economias de enclave, onde os recursos do interior são extraídos e levado à capital e aos portos de exportação, com o intuito de gerar rendas para a elite política do país (DA SILVA, 2012, p. 43). Dessa forma, processos de criação de infraestrutura, expansão do aparato administrativo do Estado e promoção de bens socioeconômicos para a população são secundários.

Isso não significa, porém, que o Estado africano não tenha criado maneiras de impor sua legitimidade junto a seus cidadãos. A partir de relações neopatrimoniais, onde os recursos do Estado são utilizados de maneira particular pelos donos do país e distribuídos pelo poder central para evitar a disputa entre diferentes elites do país, e de clientela, onde os subordinados recebem pequenas porções das rendas governamentais para legitimarem a ação do poder central, o Estado africano teve um processo de distribuição, ainda que limitado, e manteve-se no poder por décadas apesar de não cumprirem todas as funções tradicionais de um Estado (CLAPHAM, 1989, p. 48-55). Assim, como o principal objetivo dos novos Estados passava a ser a manutenção de um forte poder central frente a possíveis descontentamentos internos, esforços distributivos e de patronagem foram intensificados. Em muitos casos, porém, um forte aparato coercitivo também foi criado e reforçado (CHAZAN *et al.*, 1999, p. 58; 63).

Torna-se, portanto, importante para os países africanos recorrerem a fontes externas para adquirirem os recursos necessários para a manutenção de seus regimes. Herdando parcas infraestruturas do período colonial, o que dificultava a efetividade de políticas públicas para o

interior, e apresentando dificuldades para acumular internamente capital, dadas as estruturas neopatrimoniais e clientelistas, muitos governos africanos buscaram no financiamento externo a fonte para seus projetos. Clapham (1996, p. 166, tradução nossa), sobre a importância da obtenção de divisas para a sobrevivência do Estado na África, afirmou que:

[...] em sistemas políticos amplamente dependentes das redes de patronagem para manter seus funcionamentos, a extinção de divisas também sinalizava uma crise do Estado. As bases do apoio político se estreitavam rapidamente, e o acesso a moedas estrangeiras era restrito aos mais altos níveis da ordem política e a quem lhes interessasse, sobretudo as Forças Armadas, a quem o dinheiro prudentemente não podia ser negado.¹⁰

Assim, a crise econômica que assolou o mundo nos anos setenta foi muito sentida nos países africanos. Primeiramente pelo fato de que muitos países precisavam importar petróleo e, visto que parte deles era influenciada pela relação entre industrialização e desenvolvimento, empreendendo, portanto, projetos de substituição de importações, as compras africanas de petróleo acabaram por passar de 6% para 18% do total importado entre meados dos anos 1960 e o fim da década seguinte (CHAZAN *et al.*, 1999, p. 331-332). Ademais, esse quadro foi reforçado pelas dificuldades econômicas advindas dos instáveis preços internacionais de produtos primários. Na primeira metade dos anos setenta, a partir da desaceleração de economias centrais, os termos de troca de países africanos caíram em média 20%, com uma forte depressão nos preços de itens como o cobre e o ferro (CHAZAN *et al.*, 1999, p. 330; ADEJUMOBI, 1995, p. 165).

Fundamental para o agravamento da crise, porém, foi o fato dos empréstimos tomados pelos países africanos durante as décadas passadas começaram a demandar partes cada vez maiores das receitas governamentais, visto que os empréstimos eram feitos com taxas de juros pós-fixadas e a elevação dos juros foi uma medida dos países centrais para acabar a crise. A média da taxa nominal de juros para novos pagamentos, que era de 5,5% em 1977, passou a ser de 9,3% em 1981. A dívida externa africana passou de 6 bilhões para 42 bilhões de dólares entre 1970 e 1979 (CHAZAN *et al.*, 1999, p. 331-332). Ademais, muitos países tiveram de recorrer a empréstimos de curto prazo para saldar débitos mais imediatos, uma medida que totalizava apenas 100 milhões de dólares em

¹⁰ Do original, em inglês: “[...] in political systems heavily dependent on patronage networks to keep themselves going, the disappearance of foreign exchange also signalled a crisis of the state. The bases of political support were rapidly narrowed, and access to forex was restricted to the highest levels of the political order, and to those vested interests, most obviously the military, which could not prudently be denied it.”

1975 e passou a representar mais de 5 bilhões de dólares em 1983 – um valor que representava apenas metade dos serviços da dívida no ano de 1982 (THE WORLD BANK, 2015).

Embora em 1985 a dívida externa africana representasse “apenas” 16% do total devido pela Periferia, o débito total do continente se mostrava muito mais pesado para as economias africanas a partir de uma maior relação Dívida/PIB (BISSIO, 1988, p. 44)¹¹. Dessa forma, criou-se uma espiral de endividamento, onde empréstimos eram contraídos para saldar dívidas de curto prazo e a solvência dos países africanos ficava cada vez mais ameaçada.

Em um primeiro momento, a contração de dívidas pelos países africanos foi resposta à oportunidade oferecida por bancos ocidentais a países que tinham menor credibilidade internacional, dada a liquidez internacional dos “trinta anos gloriosos” (HOBSBAWM, 1995). Esse cenário ainda se manteve nos anos setenta, visto que os petrodólares mantiveram tal liquidez internacional. Em um segundo momento, o agravamento da crise, que começa a ter dimensões globais, ao longo do período setentista e início do decênio, tem como consequência uma contração dos empréstimos e expansão das taxas de juros, prejudicando os países africanos que já estavam também entrando em processo de crise (ver Tabela 1).

Embora a subseção tenha apresentado fatores característicos ao continente africano, é flagrante a relação entre a conjuntura internacional e a imposição de políticas por parte de Estados e organizações extrarregionais, padrão que não se alteraria no momento seguinte, de enfrentamento ao problema da dívida externa. Entretanto, como se verá a seguir, o protagonismo oficial será das Instituições Financeiras Internacionais e não das potências capitalistas, embora as políticas propostas traduzam perfeitamente os anseios do Centro em relação à Periferia. Assim, a África acaba pagando um preço maior do que o Centro pela crise dos anos setenta, pois agora eles não só entram em espirais de endividamento como também precisam se adequar as diretrizes econômicas dos países centrais para garantir a manutenção de seus empréstimos e um mínimo grau de solvência do país.

¹¹ A região com maior dívida externa era a América Latina, com mais de 360 bilhões de dólares (BISSIO, 1988, p. 44). O subcontinente contava com os três maiores devedores externos: Argentina, Brasil e México.

Tabela 1 – Evolução da Dívida Externa na Periferia (1975-1987)

	1975	1982	1987
Total Dívida (\$bi)	160,5	539,6	876,9
Relação serviço da dívida / exportações (%) : América	18,5	31,9	26,8
Relação serviço da dívida / exportações (%) : África	9,2	20,8	27,1
Relação serviço da dívida / exportações (%) : Oriente Médio	4,3	6,8	11
Relação serviço da dívida / exportações (%) : Países asiáticos	7,7	9,1	11,4
Relação serviço da dívida / PIB (%)	1,4	4,4	4,5

Fonte: Armstrong; Glyn; Harrison, 1991 (adaptado).

3 O AJUSTE ESTRUTURAL: PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS NA CRISE DA DÍVIDA EXTERNA

As principais instituições criadas na Conferência de Bretton Woods de julho de 1944 tiveram importante papel na condução das economias de países africanos nos anos oitenta. Essa relação se deu principalmente a partir dos Programas de Ajuste Estrutural (PAEs), termo cunhado em 1979 pelo então diretor do BM, Robert McNamara (CLAPHAM, 1996, p. 169). Os PAEs apresentavam a característica de exigir dos Estados receptores uma série de medidas, ditadas pelo BM e pelo FMI, com clara influência da ortodoxia econômica – as chamadas “condicionalidades”. O FMI, porém, ao impor suas condicionalidades, exigiam menores prazos de execução e, se comparadas às do BM, eram mais fiscalizáveis (AKONOR, 2006, p. 13).

Condições para a execução de empréstimos, contudo, não eram uma exclusividade do BM, tampouco foram uma novidade apresentada pela crise da dívida externa. Em décadas anteriores, quando a ajuda externa a países periféricos se centrava em empréstimos bilaterais e interestatais, era frequente o atrelamento da exportação de determinados produtos primários, ou mesmo a concessão para a exploração de recursos naturais, à concessão de empréstimos. A singularidade dos PAEs residia no tipo de medidas impostas pelas IFIs aos países receptores, reflexo da subordinação *de facto* à política externa americana e ao modelo neoliberal defendido por Washington. Nas palavras de Hobsbawm (1995, p. 578, Tradução nossa),

[...] desde os anos setenta, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, apoiados politicamente pelos EUA, buscaram uma política que sistematicamente favorecia a ortodoxia do livre-mercado, da empresa privada e do livre comércio global, o que servia à economia estadunidense do final do Século XX na mesma maneira que à britânica em meados do século anterior, mas não necessariamente ao mundo¹².

As providências demandadas ecoavam as políticas econômicas de Reagan e Thatcher e que, a partir de 1989, seriam atendidas pelo termo “Consenso de Washington”, cunhado por John Williamson (KLEIN, 2007, p. 164). Uma análise do desenvolvimento dos fatos, todavia, mostra que esse consenso foi aplicado à Periferia bem antes do fim dos anos oitenta. Ademais, uma análise

¹² Do original, em inglês: “since the 1970s, the World Bank and the International Monetary Fund, politically backed by the USA, had pursued a policy systematically favouring free-market orthodoxy, private enterprise and global free trade, which suited the late twentieth-century US economy as well as it had the mid-nineteenth-century British one, but not necessarily the world.

da *consequência* desses fatos aponta que os efeitos dos anos sob PAEs – 1979-1988 – alcançariam também o decênio seguinte, apresentando consequências nefastas para os países africanos.

Nesse sentido, esta seção inicialmente enumerará as principais características das ações de BM e FMI antes da crise da dívida. A segunda subseção versará sobre o momento de inflexão dessas IFIs, dialogando com as motivações que provocaram essa mudança, relacionadas a fatores listados na seção anterior. Terceira subseção indicará as linhas gerais dos PAEs, particularmente no caso de Estados africanos, procurando identificar os efeitos dessas medidas para o continente. Por fim, um panorama geral do legado das ações das IFIs no continente africano será elaborado dentro dos marcos temporais do trabalho.

3.1 A Atuação de BM e FMI antes da Crise da Dívida Externa

O Grupo Banco Mundial (BM)¹³, criado em 1944, é composto por cinco órgãos: o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), criado em 1944; a AID (Agência Internacional de Desenvolvimento), criada em 1960 – estes compõem o BM propriamente dito e serão considerados nesta seção –; a Sociedade Financeira de Investimentos, criada em 1957; a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos, criada em 1960; e o (CIADI) Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos), criado em 1987 (HEILBRUNN, 2009, p. 269). Para Michelena (1977, p. 82), são finalidades do BIRD, principal órgão:

[...] cooperar na reconstrução e desenvolvimento dos países membros, mediante investimentos de capital; promover os investimentos estrangeiros mediante garantias, participação em empréstimos e, em geral, complementar o investimento privado; promover, a longo prazo, um crescimento do comércio internacional e a manutenção do equilíbrio na balança de pagamentos, através de vários tipos de procedimentos.

Inicialmente voltado ao continente europeu, o BM passou a ser caracterizado como banco de fomento de países desindustrializados após a reconstrução europeia, focando a partir de então as suas ações em financiamento de projetos localizados em países periféricos. Para isso, contudo, os países deveriam estar de acordo com diretrizes gerais do BM, o que fazia com que o banco

¹³ O BM era inicialmente representado apenas pelo BIRD, reforçando o foco no continente europeu e em sua reconstrução no Pós-Guerra.

exercesse “considerável pressão sobre os governos e sobre as classes dirigentes dos países subdesenvolvidos para que adotassem um padrão de desenvolvimento afinado com o do bloco capitalista” (MICHELENA, 1977, p. 83)¹⁴. Esse quadro, porém, era muito mais flexível do que as condicionalidades a serem impostas a partir dos anos oitenta, sobretudo pelas dificuldades de se fiscalizar o andamento de projetos nas décadas de sessenta e setenta.

Ademais, o BM conferia prioridade aos empréstimos destinados a projetos de infraestrutura e reformas setoriais. Os projetos, frequentemente de longo prazo de execução, eram acompanhados por técnicos do BM locados nos próprios países receptores e o não-direcionamento da verba para seus destinos originais poderia causar o rompimento entre o Estado e a instituição. Essa fiscalização, dada a lenta execução dos projetos, tornava cobranças políticas e de execução de diretrizes ainda mais difíceis.

A partir da direção de Robert McNamara¹⁵, todavia, o BM passou a reivindicar maior protagonismo e ampliou seu poder de atuação. Se essa evolução foi simbolizada fisicamente pela construção e anexação de novos edifícios à sede do BM, na prática ela foi representada pelas constantes viagens da diretoria do banco pela Periferia e pelo diálogo político travado diretamente com estadistas (SAMPSON, 1981, p. 311). No entanto, a imagem de “bom samaritano” de McNamara era atacada por todos os lados: seja pela Periferia, por seu excessivo paternalismo, seja pela Nova Direita norte-americana, por seu idealismo (SAMPSON, 1981, p. 316). Não surpreendentemente, McNamara foi substituído em 1981 por Alden W. Clausen, ex-CEO do Bank of America, inaugurando uma nova era do BM, mais próxima à visão do FMI.

O FMI, também criado a partir das Conferências de Bretton Woods, entrou em operação em dezembro de 1945. Seu objetivo inicial, incentivado principalmente pelo pensamento de Keynes, era evitar que colapsos provocados por uma desregulamentação financeira provocassem eventos como o da Crise de 1929. Para isso, países colaborariam para a formação de um fundo monetário através de cotas de contribuição (MICHELENA, 1977).

¹⁴ Importante exemplo dessa pressão foi o não-financiamento da Represa de Assuã, no Egito, sob a pressão de EUA e Reino Unido (HAYTER, 1971, p. 86).

¹⁵ O ex-Secretário de Defesa dos EUA esteve na direção do BM entre 1968 e 1981.

O FMI passou a atuar junto a países periféricos na solução de problemas de balanço de pagamentos e instabilidade macroeconômica já nos anos sessenta. Essa atuação passava por dois fatores: empréstimos imediatos de curto prazo e a ratificação da credibilidade dos países devedores frente aos clubes de credores e outras instituições (CHAZAN *et al*, 1999, p. 334). É possível, contudo, afirmar que no início dos anos 1970 já havia uma complementaridade entre as instituições, inclusive com certo protagonismo do FMI, devido à maior facilidade em se obter empréstimos em comparação aos mais técnicos projetos do BM (HAYTER, 1971, p. 25).

3.2 O Momento de Inflexão: o Surgimento dos Programas de Ajuste Estrutural

Após 1979, com o quadro de crise econômica em toda a economia mundial, foi observada uma maior atuação por parte das IFIs na Periferia. A partir do cenário de crise estabelecido, muitos Estados africanos ampliaram o volume de empréstimos solicitados, provocando a desconfiança de bancos privados quanto à real capacidade de pagá-los (MOFFITT, 1985, p. 127). Segundo dados apresentados por Chazan *et al.* (1999, p. 332), um terço da dívida externa africana no início dos anos oitenta advinha de bancos privados, um panorama muito diferente ao início dos anos 1970.

Dessa maneira, foi grande a solicitação por parte de banqueiros e de governos centrais para que o FMI tomasse a dianteira nas negociações da dívida externa de países periféricos. Não surpreendentemente, em 1982 tanto o FMI quanto o BM obtiveram “carta branca” para negociar com países devedores a saída do quadro de endividamento em que se encontravam (HARVEY, 2007, p. 73). Funcionários do Departamento do Tesouro americano afirmavam que os países endividados haviam sido financiados em demasia durante os anos setenta, não solucionando de maneira concreta seus problemas de balanço de pagamentos (MOFFITT, 1985, p. 130).

Principalmente a partir do ano de 1982, com as moratórias polonesa e mexicana, o BM e o FMI passaram a atuar junto aos países endividados em defesa do pagamento de débitos mantidos junto aos bancos sediados nas economias capitalistas. Os banqueiros, que anos antes haviam caracterizado os países periféricos como os “clientes dos sonhos”, haviam descoberto que seus clientes subdesenvolvidos se tornaram um pesadelo quando, em agosto de 1982, o México

abandonou os esforços para pagar seu débito e solicitou um adiamento (ARMSTRONG; GLYN; HARRISON, 1991, p. 290).

Conforme exposto no capítulo anterior, os anos setenta se mostraram propícios à obtenção de empréstimos por parte da Periferia. Os empréstimos obtidos por países africanos, que até o início dos anos setenta eram majoritariamente concedidos por outros Estados em acordos bilaterais, passaram a ter origem em credores privados, que ofereciam maior facilidade de obtenção de crédito – ou, melhor dizendo, nenhuma dificuldade. Frente ao “Volcker Shock” de 1979, as instituições bancárias passaram a viver uma situação paradoxal: se, por um lado, passaram a ter a possibilidade de obter lucros ainda mais extraordinários, por outro se encontravam sob o risco da inadimplência generalizada, já que as dívidas se tornaram insustentáveis tamanha a elevação do montante devido.

Paralelamente, os governos de EUA e Reino Unido, em meio à imposição da agenda neoliberal no bloco capitalista, viam na ameaça de uma moratória generalizada um risco à própria continuidade de suas políticas econômicas. Um importante sinal desse quadro no Governo Reagan se deu quando, em 1982, o Fed foi obrigado a intervir junto a bancos privados, impedindo suas falências. Nesse sentido, o BM e o FMI – IFIs onde os EUA têm maior poder de voto – assumiram em diversos casos as dívidas mantidas junto a credores privados, pagando o montante devido pelos países periféricos e tomando a dianteira nas negociações junto aos governos (KILLICK, 1995, p. 6). Na maioria dos casos, porém, as instituições de Bretton Woods apenas sentaram à mesa com os governos devedores, ofertando as divisas que seriam necessárias para o pagamento de suas dívidas externas.

Essas negociações acabaram desaguando na criação de mecanismos sistemáticos de empréstimo, concedidos em troca da adoção de medidas por parte de países receptores. Os mecanismos acabaram sendo denominados Programas de Ajuste Estrutural e, as medidas, as chamadas condicionalidades. Em sua ênfase na palavra “ajuste”, os programas demonstram os constrangimentos domésticos e internacionais às concepções alternativas de desenvolvimento. Pelo caráter “estrutural” desse ajuste, fica clara a profundidade do ajuste ditado por esses constrangimentos (WOOD, 1986, p. 314).

As condicionalidades, por sua vez, seriam ações, ou promessas de ações, feitas pelos governos recipientes apenas pela insistência dos provedores de ajuda; medidas que do contrário

não seriam adotadas, ao menos não no período temporal desejado pelos provedores (KILLICK, 1998; MOSLEY, 1992 apud AKONOR, 2006, p. 1).¹⁶ As condicionalidades poderiam ser políticas ou econômicas.

Isto é, condicionalidades são o mecanismo compensador encontrado por IFIs a fim de controlar o comportamento dos países receptores e incentiva-los a cumprir determinadas metas. A fiscalização das mesmas, entretanto, é de extrema dificuldade. Para Mosley, Harrigan e Tøye (1998), o cumprimento das condicionalidades por parte de países receptores tem relação, em primeiro lugar, com o regime político vigente. Os autores apontam que regimes democráticos são mais propensos a cumprir condicionalidades, já que procuram abarcar diferentes interesses locais e assim caminham em direção à reforma, e não à ruptura. Outro fator importante seria o tempo de vida de um regime, já que é muito mais difícil fazer reformas como os PAEs após a “lua-de-mel” de determinado governo (VAN DE WALLE, 1994).

A relação entre as duas instituições não convergiu automaticamente no início da década. O fato de que o Banco Mundial entrou em um território historicamente controlado pelo FMI, o da sugestão de mudanças macroeconômicas, mas com uma roupagem mais compreensiva e de fato estrutural, chamou a atenção do fundo. Tony Killick (1995, p. 7) descreveu o quadro da seguinte forma:

Outras forças também estavam atuando junto ao FMI. Uma delas foi o rápido crescimento durante a primeira metade dos anos oitenta dos empréstimos de “ajuste estrutural” do Banco Mundial. Essa iniciativa colocou o BM em uma área historicamente de domínio do FMI, dando ao banco “um lugar na mesa” na formação de políticas macroeconômicas de países devedores e oferecendo uma forma de ajuda no balanço de pagamentos que parecia responder mais diretamente à natureza estrutural das dificuldades de pagamentos de países em desenvolvimento. Essa mudança demandou uma resposta do Fundo, de modo a assegurar que ele não ficaria à sombra do BM e que ainda asseguraria seu protagonismo em termos de política macroeconômica.¹⁷

¹⁶ KILLICK, Tony. **Aid and the Political Economy of Policy Change**. London: Overseas Development Institute, 1998. MOSLEY, Paul. **Development Finance and Policy Reform: Essays in the Theory and Practice of Conditionality in Less Developed Countries**. New York, NY: St. Martin's Press, 1992.

¹⁷ Do original, em inglês: “Other forces were also working on the Fund. One was the rapid growth during the first half of the 1980s of ‘structural adjustment’ lending by the World Bank. This initiative carried the Bank into IMF territory,

Devido à crescente sobreposição entre as duas instituições, o FMI também teve de trabalhar em formas de cooperar com o BM, de modo a reconciliar sua própria filosofia de gerenciamento do balanço de pagamentos com a abordagem mais estrutural do Banco (KILLICK, 1995, p. 7).

Condições impostas pelo credor em troca de ajuda financeira não eram novidade para o continente africano. Anteriormente, contudo, elas eram relacionadas à obtenção de ajuda bilateral e costumavam ancorar os empréstimos à exportação de produtos primários por parte do país devedor.

O FMI insistiu que não havia alternativa ao ajuste. Ademais, a questão do ajuste estrutural foi apresentada como uma resposta puramente técnica, ignorando seu caráter político (WOOD, 1986, p. 313). O receituário neoliberal pregado pelas IFIs era “apresentado como uma fórmula puramente econômica e contábil”, que empurrava regimes socialmente liberais para o autoritarismo – ou o Golpe de Estado – e forçava os regimes autoritários a incrementar o uso da força de modo a forçar a população a aceitar as medidas antipopulares (BISSIO, 1984, p. 573).

Disputa-se em textos acadêmicos a data inicial de implementação dos SAPs. Para Gottinaux et al. (2015, p. 8), eles foram iniciados no final da década de oitenta, embora sejam a institucionalização de planos econômicos já implementados na década passada em ditaduras latino-americanas, como nos casos dos regimes militares na Argentina e no Chile. Uma análise da adoção de empréstimos junto a FMI e BM, contudo, aponta evidências do contrário. Apenas entre 1980 e meados de 1984, 69 países garantiram empréstimos condicionados junto ao FMI. Desses 69 Estados, 15 já haviam entrado oficialmente em PAEs junto ao BM (WOOD, 1986, p. 316).

A literatura elaborada pelos próprios analistas das IFIs no início dos anos oitenta costuma trabalhar com duas grandes frentes pró-adoção dos PAEs¹⁸. Por um lado, o foco nas vantagens comparativas de se investir em uma economia agrário-exportadora. Com menores salários, o setor primário poderia garantir maior empregabilidade do que em programas de substituição de importações com seus investimentos capital-intensivos. A segunda justificativa abarca uma série

by giving it a ‘seat at the table’ in macroeconomic policy formation in debtor countries and by offering a form of balance-of-payments support that appeared to respond more directly to the structural nature of the payments weaknesses of many developing countries. This change called for a Fund response, to ensure that it was not overshadowed by the Bank and that it retained its lead role in macroeconomic policy.”

¹⁸ Ver, por exemplo, os trabalhos de Bela Balassa (1981), Vijay Joshi (1981), Robert Liebenthal (1981), Anne Krueger (1983) e John Williamson (1983).

de críticas às tentativas de insulamento de países periféricos quanto aos choques externos. Críticas a preços tabelados, baixas taxas de juros e proteção à indústria infante foram lugar-comum entre os analistas de IFIs (WOOD, 1986, p. 315-316).

3.3 A África sob Ajuste Estrutural

Na visão de Riddell (1992, p. 53), quatro fatores se mostraram presentes, em maior ou menor intensidade, em todos os PAEs propostos a países africanos: 1) desvalorização da moeda nacional; 2) desestatização da economia, com redução de gastos públicos, cortes no funcionalismo e menor participação de estatais; 3) eliminação de subsídios, tornando a agricultura menos competitiva e a indústria inviável; e 4) liberalização comercial.

Uma das noções básicas do ajuste estrutural é o de que o poder de compra local é “supervalorizado” em comparação aos consumidores de outros Estados. O efeito da desvalorização cambial é reduzir o valor da moeda local em termos de itens importados, incluindo necessidades básicas, como combustível, remédios e comida, além de baratear os bens exportados – e assim, teoricamente, aumentar suas demandas (RIDDELL, 1992, p. 57). Assim, a desvalorização das moedas africanas era justificada pelas IFIs como uma medida útil para consertar as distorções apresentadas pelo balanço de pagamentos de países africanos: ao baratear as exportações e fazer com que as importações fossem mais custosas, os países africanos tenderiam a equilibrar suas contas nacionais (KILLICK, 1995). Essa medida, contudo, além de centrar os esforços de países africanos na exportação de produtos primários, foi extremamente ineficaz em meio ao quadro de recessão nos países centrais, o comércio exterior dos países africanos foi seriamente prejudicado.

Para Riddell (1992, p. 57-58), a defesa da redução do papel do Estado na África posicionava as IFIs como instrumento neocolonial. Uma das facetas mais importantes do Estado na África, a provisão de necessidades básicas e a construção de infraestrutura, passou a ser duramente afetada. Não apenas as condições sociais apresentam efeitos negativos, mas também a questão política reflete este quadro – com o Estado sem a mesma capacidade de prover recursos, as redes clientelistas e neopatrimoniais descritas na primeira seção não apresentam a mesma força (HERBST, 1989; 2000). Com a redução do papel do Estado, ainda há um aumento no desemprego,

dado o grande número de funcionários públicos, além do declínio nos gastos em educação e saúde públicas.

Através da eliminação dos subsídios estatais, exigência do FMI, foi observado um acréscimo no custo de vida da população de Estados africanos. Os subsídios não apenas – defendidos por governos que, assim, burlavam os mercados internacionais ao subsidiar o acesso local a uma série de produtos, reduzindo assim seus preços, exigência do FMI, a eliminação dos subsídios acaba por encarecer o acesso da população a bens básicos, aumentando o custo de vida.

Já através da liberalização comercial o FMI auxilia o Ocidente na busca por seu grande objetivo desde as independências – tornar os países africanos grandes exportadores de matéria-prima em troca de bens manufaturados muito mais caros e intensivos em capital. Os efeitos mais dramáticos e imediatos na África foram as reduções e/ou remoções das barreiras de proteção à indústria, o aumento do desemprego urbano e os efeitos diretos das flutuações de preços internacionais (RIDDELL, 1992; CLAPHAM, 1996).

As quatro principais características dos programas de ajuste estrutural tinham forte influência sobre as capacidades estatais de países africanos. A primeira delas dificultava o empreendimento de processos de substituição de importações, causa do próprio endividamento externo, e facilitava o enxugamento da máquina estatal, principal indutora da estabilidade interna de Estados africanos. A segunda conferia obstáculos à estabilidade interna, principal preocupação política dos Estados africanos. A terceira tornava impossível a modernização da agricultura, em voga em diversas regiões do globo – inclusive periféricas –, prejudicando a competitividade dos produtos primários do continente. E a quarta, que poderia cooperar para com o desenvolvimento econômico do continente, teve um desenvolvimento ínfimo na maioria dos países (HERBST, 1990; HERBST, 2000; CLAPHAM, 1996; SILVA, 2012).

Quadro 2 – Condicionalidades e efeitos sobre países receptores

Bases das condicionalidades	Efeitos sobre países receptores
Desvalorização da moeda.	Foco na exportação de produtos primários; barateamento de privatizações.
Menor papel do Estado.	Piores serviços públicos; ONGs; instabilidade política; privatizações.
Redução ou supressão dos subsídios.	Menor competitividade do setor primário.
Abertura comercial e econômica.	Queda das barreiras de proteção industrial; desemprego urbano; privatizações.

O consenso neoliberal e a opção pelo “crescimento para fora” foi implementado em países africanos muito antes do ano de 1989 e da cunhagem da expressão “Consenso de Washington” (KLEIN, 2007, p. 164). Para Gottiniaux *et al.* (2015, p. 9), pode-se dividir a aplicação dos ajustes em duas grandes frentes. A primeira, a da “terapia de choque”, envolve a desvalorização cambial imediata e o aumento na taxa de juros. A segunda, de longo prazo, envolve um pacote de privatizações e reduções dos gastos públicos. Nesse sentido, a simbiose entre BM e FMI deve ser ressaltada. Não foi surpreendente, portanto, o fato de que os primeiros itens abordados pelos PAEs foram os papéis desempenhados por companhias estatais, alocação de crédito público e controle sobre a remessa de capitais ao exterior (WOOD, 1986, p. 316).

Nos primeiros momentos da crise da dívida, muitos líderes políticos de países da Periferia superestimaram o poder político da dívida externa (WOOD, 1986, p. 319). Com a falta de articulação política entre os países devedores, contudo, foi patente que a potencial barganha se voltou rapidamente em favor dos credores. Como destacado por Wallerstein (2005), uma maior articulação entre os países africanos frente ao desafio apresentado pela crise da dívida externa renderia mais proveitosos frutos, se comparados aos PAEs.

As IFIs, principalmente o FMI, não ocultavam ter conhecimento da situação em que estavam inserindo os países periféricos. Em 1983, por exemplo, o francês Jacques de Larosière, então diretor-gerente do FMI, advertia que “os conselhos que damos a esses países – isto é, reforçar o caráter exportador de suas economias – de nada adiantam caso os países industrializados sucumbam a medidas protecionistas” (DE LAROSIÈRE, 1982 apud WOOD, 1986, p. 320). Ao constatar – e relatar – que os países centrais deveriam alcançar um crescimento anual de mais de três pontos percentuais para que as medidas adotadas por países endividados surtisser algum efeito positivo, o mesmo De Larosière afirmou que para que projeções otimistas se concretizassem era “central que os países industrializados superassem os formidáveis obstáculos estruturais por eles enfrentados” (DE LAROSIÈRE, 1983 apud WOOD, 1986, p. 320). Ou seja: a submissão das economias nacionais dos países devedores às IFIs era apenas uma das metades de um plano que, em uma conjuntura de recessão e crise, todos sabiam que não se cumpriria. Assim, a liberalização seria o preço a ser pago pelos empréstimos tomados junto às IFIs (FEIGENBAUM; HENIG; HAMNETT, 1998, p. 50).

Assim, os anos oitenta podem ser descritos como a “década do ajuste” para o continente africano. Entre 1980 e 1989, 241 empréstimos ligados a PAEs foram direcionados a 36 países africanos (ADEJUMOBI, 1995, p. 164-165). O abatimento da dívida externa do continente, que era o objetivo central das medidas tomadas, igualmente não se concretizou. Em 1990, por exemplo, a dívida total dos países africanos estava na cifra de 272 bilhões de dólares, cerca de 250% a mais do que em 1980 (ADEJUMOBI, 1995, p. 165).

Como demonstrado por Msangi e Rosegrant (2011, p. 68), o investimento em pesquisa relacionada à agricultura caiu do baixo índice de 0,86% para a ainda menor taxa de 0,65% sobre o PIB. Paralelamente, a Comunidade Europeia, sobretudo a partir de 1979, aumentou a concessão de subsídios para seu setor primário, prejudicando ainda mais os termos de troca de países periféricos.

Paralelamente, a justificativa da privatização enquanto incentivadora da competitividade não se mostra verdadeira na prática: no Marrocos, por exemplo, o Rei Hassan II era o principal dono de ações das companhias privatizadas (FEIGENBAUM; HENIG; HAMNETT, 1998, p. 50). Ao privilegiar o capital financeiro, em constante fuga, em detrimento do produtivo, esse processo acabou por reforçar o desenvolvimento desigual entre Centro e Periferia (JESSOP, 2010, p. 35-36). Paralelamente, esse mesmo processo permitiu a recuperação das economias centrais em

meados dos anos oitenta, mas não deixou efeitos negativos apenas sobre os países ajustados: a estimativa é de que a queda nas exportações para países periféricos tenha custado mais de 350 mil empregos para os países da OCDE apenas no ano de 1982 (WOOD, 1986, p. 321).

No decorrer das décadas de 1980 e 1990, países africanos endividados aumentaram a sua arrecadação tributária de forma regressiva. Conforme Gottiniaux et al. (2015, p. 7), o aumento na taxação se deu sobre salários e sobre o consumo, não sobre o capital, que em realidade decresceu. Na visão de Clapham (1996, p. 26, tradução nossa), “as pressões pelo ajuste estrutural de suas [de países africanos] economias e pelas condicionalidades políticas, somadas ao surgimento de identidades subnacionais e movimentos insurgentes de origem rural, ameaçaram a própria existência do Estado na África.”¹⁹ Como bem observado também por Clapham, as condicionalidades incorriam na penetração de forças externas na capacidade decisória dos governos na arena doméstica, e não seus alinhamentos internacionais – isso se daria em médio-longo prazo (CLAPHAM, 1996, p. 184).

¹⁹ Do original, em inglês: “The pressures for structural adjustment of their economies and for political conditionality in their domestic governments, coupled with the growth of subnational identities and rural insurgent movements, thus reflected critical threats to African statehood.”

4 ESTUDOS DE CASO: COSTA DO MARFIM E GANA

Costa do Marfim e Gana são países vizinhos na África Ocidental. Possuem população, área e PIB relativamente similares (ver Quadro 3). Contudo, suas trajetórias históricas são consideravelmente distintas, sobretudo até a década de oitenta. Os marfinenses, de colonização francesa, conquistaram sua independência através da liderança de latifundiários moderados e optaram por um modelo econômico baseado na exportação de cacau e café (MAFABI; WAISWA, 2012). Gana, por sua vez, teve colonização britânica e foi liderada pela figura de Kwame Nkrumah no processo de independência, optando inicialmente por um projeto econômico ambicioso (GOCKING, 2005).

A Costa do Marfim, tradicional aliado francês na África Ocidental, optou pela permanência no seio da área de influência francesa ao longo de sua história de relativa estabilidade política (MANNING, 2004). Já os ganeses atuaram fortemente no MNA ao longo das primeiras décadas do movimento e buscaram a diversidade de parceiros internacionais, apresentando momentos de forte instabilidade política interna, ao menos em suas primeiras décadas de independência (BERRY, 1995).

Quadro 2 – Quadro comparativo entre Costa do Marfim e Gana

	Costa do Marfim	Gana
Independência	1960	1957
Ex-Metrópole	França	Reino Unido
Área	322,4 mil km ²	238,5 mil km ²
População	23,9 mi (2014)	27 mi (2014)
PIB Nominal	US\$ 32 bi (2014)	US\$ 51,5 bi (2014)
PIB <i>per capita</i>	US\$ 1.302 (2014)	US\$ 1.776 (2014)

Fonte: Elaboração própria; International Monetary Fund (2015); The World Bank (2015).

A partir da eclosão da crise da dívida externa, porém, os dois países tiveram de recorrer à ajuda das IFIs, mesmo com suas diferenças em termos de política interna e de alianças extrarregionais. O objetivo desse capítulo é retratar como esse processo se deu em cada um desses Estados africanos, bem como elencar os efeitos diretos dos PAEs nos anos seguintes.

4.1 Costa do Marfim

A República da Costa do Marfim se tornou independente da França em 1960. Nos anos anteriores, a liderança do movimento pró-independência foi centrada na figura de Félix Houphouët-Boigny, latifundiário da região central da colônia, através da seção marfinense do *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA). Apesar de o governo marfinense adotar ao longo de boa parte de sua independência, a criação do RDA como partido interterritorial nas colônias francófonas africanas possibilitou, em meados dos anos quarenta, uma aliança com o Partido Comunista Francês (PCF) na Assembleia Francesa. Essa coalizão não foi vista com bons olhos pelos representantes da França Gaullista em solo africano, sendo a seção marfinense do RDA uma das agremiações políticas a mais sofrer com a repressão metropolitana na época.

Houphouët-Boigny entendeu o recado vindo de Paris e, ao contrário de outras seções do RDA, como a guineense, tornou-se um aliado governo francês. A aliança entre representantes metropolitanos e a seção marfinense do RDA proporcionou a ampliação dos investimentos públicos e das obras de infraestrutura, até então defasadas na colônia francesa. O desenvolvimento da produção agrícola nos primeiros anos de independência, sobretudo nas plantações cafeeira e cacaueteira, foi uma consequência desse processo. O “milagre marfinense”, como ficou conhecido o período de crescimento dali derivado, nada mais era do que a reprodução tardia do desenvolvimento econômico inicial evidenciado em algumas colônias britânicas no início do Século XX (AMIN, 1973, p. xvi-xvii).

Em 1980, a Costa do Marfim se tornaria o principal produtor mundial de cacau, ultrapassando seus vizinhos ganeses, e se estabelecia como o terceiro produtor mundial de café de tipo *robusta* (HEILBRUNN, 2009, p. 266). No ano seguinte, Houphouët-Boigny, o mesmo líder político e latifundiário que havia liderado a independência do país, era eleito pela quarta vez consecutiva para a presidência através da legenda do PDCI (MUNDT, 1995, p. xxiii).

Tabela 2 – Composição do Comércio Exterior na Costa do Marfim, 1962-1986

<i>Export composition (percentage of total merchandise exports by value)</i>						
	<i>Food/ beverages</i>	<i>Nonfood/ agriculture</i>	<i>Fuels/ minerals</i>	<i>Machinery/ equipment</i>	<i>Other manufacturing</i>	
1962	75.4	21.5	2.0	0.5	0.6	
1965	64.2	28.8	1.7	1.4	3.9	
1970	67.7	24.6	1.7	1.1	4.9	
1980	68.4	18.3	4.8	2.3	6.1	
1986*	66.5	13.8	5.7	2.5		
				(chemicals)		
<i>Import composition (percentage of total merchandise imports by value)</i>						
	<i>Food/ beverages</i>	<i>Nonfood/ agriculture</i>	<i>Fuels/ lubricants</i>	<i>Nonfuel minerals</i>	<i>Machinery/ equipment</i>	<i>Other manufacturing</i>
1962	18.9	0.9	5.8	0.5	26.6	47.3
1965	18.3	0.7	5.6	1.1	28.3	46.0
1970	15.9	0.6	4.8	1.8	32.9	44.1
1980	15.0	0.4	11.4	2.1	35.1	36.0
1986*	10.7	2.2	11.7	NA	39.9	

Fonte: Mingst (1988, p. 263).

As altas taxas de crescimento econômico registradas pela Costa do Marfim em suas duas primeiras décadas de independência tiveram um abrupto final no ano de 1980. Produto direto da recessão em países centrais, a queda dos preços internacionais do cacau e do café, os dois principais produtos da pauta exportadora marfinense, introduziu o quadro de crise que se estenderia às duas décadas seguintes (GROOTAERT, 1993). Ademais, uma forte seca – a mesma que viria a assolar o território ganês – provocou uma deterioração do quadro entre 1982 e 1984, cooperando para a queda de 20% no PIB *per capita* entre 1980 e 1984 (KANBUR, 1990).

Em 1987, a recessão voltou sustentada pela apreciação real do Franco CFA, produto da desvalorização empreendida pelo Governo Reagan frente ao Franco²⁰. Paralelamente, como será abordado em seções seguintes, o governo marfinense adotou uma rigidez salarial que não contribuiu para o quadro. Outrossim, os termos de troca do cacau e do café voltaram a cair abruptamente, causando uma forte reversão na balança comercial marfinense.

O quadro final dessa sucessão de fatores negativos foi a potencialização do déficit das contas marfinenses, deflagrado apenas em 1985, mas que três anos depois já representava 10% do

²⁰ A apreciação do Franco acarretava, em consequência, a valorização do Franco CFA (MASSON; PORTILLO, 2005, p. 45-47).

PIB do país. A recessão também diminuiu as receitas do governo e, como os gastos públicos não foram cortados até 1989, o déficit governamental representava 15% do PIB em 1988. De acordo com os dados do próprio governo marfinense, o consumo *per capita* caiu 10% em 1987 e outros 20% em 1988. Ficou claro um significativo declínio do padrão de vida marfinense na segunda metade dos anos oitenta.

O governo marfinense reagiu de maneiras distintas à deterioração econômica dos anos oitenta. Em 1981, a Costa do Marfim se tornou um dos primeiros países africanos a adotar um PAE (MUNDT, 1995, p. xxiii). Isso marcou o início da primeira fase de ajuste estrutural no país, que durou de 1981 a 1987 e buscou restaurar o equilíbrio macroeconômico e ajustar os gastos públicos conforme as recomendações das IFIs. Essa fase foi marcada por três Empréstimos de Ajuste Estrutural (EAEs) do BM, adotados em 1981, 1983 e 1986, e que totalizaram 650 milhões de dólares. No mesmo período, o FMI concluiu cinco acordos com o Estado africano, os quais significariam 827 milhões em DES (GROOTAERT, 1992).

Os dois EAEs de maior valor – 250 milhões de dólares cada –, o EAE II e o EAE III, foram adotados em 1983 e 1986, respectivamente. O elemento principal do primeiro empréstimo foi a reforma do setor público. Ela consistiu basicamente do corte na política de investimentos do governo, a maior eficácia dos gastos públicos e a reabilitação do setor público-privado. Destaca-se a decisão, tomada em 1984, de equiparar os salários das companhias estatais aos dos funcionários públicos, o que representou um grande corte salarial no primeiro grupo. Os salários do segundo grupo, contudo, também foram congelados por outros dois anos, tendo ligeiro aumento nos anos seguintes.

Uma retomada na produção agrícola e um novo aumento nos preços do cacau e do café trouxeram o otimismo de volta ao cenário econômico marfinense entre 1985 e 1986, mas era insuficiente para garantir a solidez do crescimento econômico frente à expansão demográfica apresentada.

Apesar dos programas acima enunciados, a situação econômica marfinense seguiu se deteriorando. Isso levou o governo marfinense a romper por dois anos com as IFIs, o que ocorreu entre 1987 e 1989, ano este em que o governo liderado por Houphouët-Boigny iniciou um novo plano capitaneado por FMI e BM. Nessa nova fase, a estratégia se voltou a uma abordagem setorial,

buscando prover incentivos para um crescimento sustentável. Desde então, seis operações de ajuste setorial ocorreram na Costa do Marfim: agricultura, energia, distribuição de água, setor financeiro, competitividade e recursos humanos.

Em junho de 1991, tamanha foi a queda no PIB *per capita* marfinense, que o país tornou-se elegível para operações financiadas pelo IDA. Já no mês seguinte, com a inadimplência do país africano, o BM rompeu brevemente a cooperação com Abidjan, para depois reatá-la novamente. A política agrícola também sofreu das medidas propostas pelos EAes, sobretudo o EAE III, tendo efeitos sobre as exportações e a situação socioeconômica do país. Primeiramente, os preços ao produtor de cacau e café aumentaram na safra de 1983-84 – quando os termos de troca de produtos primários já se encontravam em franco declínio –, sendo mantidos constantes até 1989, quando foram cortados em 50% com o advento da nova política setorial. Em segundo lugar, os subsídios para a venda doméstica da colheita foram cortados. Os preços dos fertilizantes de algodão e do próprio algodão aumentaram, justamente quando o EAE I havia proposto o aumento da produção algodoeira.

Além disso, outros programas que visavam à intensificação da primarização da economia marfinense, elaborados em 1981, seguiram sendo desenvolvidos. Sendo a nominal desvalorização da moeda marfinense impossível devido às características do Franco CFA, um mecanismo de financiamento das exportações foi forjado, de modo a introduzir uma ajuda governamental para as exportações no mesmo sentido que para o incipiente programa de substituição de importações marfinense. No plano social, as agências reguladoras da ocupação de imóveis por parte da população foram extintas em 1985 (GROOTAERT, 1993). O preço do aluguel, por sua vez, disparou, dificultando a vida de milhares de trabalhadores, sobretudo nas áreas urbanas.

A análise da aplicação dos EAes na Costa do Marfim permite a inferência de que não houve discussão sobre as condições de vida da população, sobretudo urbana. Seguindo a lógica de Wood (1986, p. 313), os PAes seguiam uma lógica técnica, economicista e liberal, à qual não existia alternativa. No caso da Costa do Marfim e de seu então presidente, Houphouët-Boigny, havia também uma sólida lógica política, tanto nas raízes da adoção do PAE quanto no próprio direcionamento de suas diretrizes. A participação marfinense no seio da França permitiu ao país africano o constante apoio do *Quai d'Orsay* ao longo de suas duas primeiras décadas de independência. Sólidas mesmo com a ascensão do Partido Socialista francês no início dos anos

oitenta, as relações bilaterais entre Paris e Abidjan permitiram à Houphouët-Boigny controlar a implementação de condicionalidades propostas pelas IFIs e mesmo romper com estas instituições, como foi o caso de 1987, sem a devida represália de países centrais.

Quadro 3 – Listagem dos acordos entre Costa do Marfim e BM/FMI

			<u>Mln of Dollars</u>
1981		Structural Adjustment Loan I	150
1983		Structural Adjustment Loan II	250
1986		Structural Adjustment Loan III	250
1989		Agriculture Sector Adjustment Loan	150
1989		Energy Sector Adjustment Loan	100
1990		Water Supply Sector Adjustment Loan	80
1991		Financial Sector Adjustment Loan	200
1991		Competitiveness Adjustment Loan	100
1991		Human Resources Adjustment Loan	150
			<u>Mln SDR</u>
Feb.	1981	Extended Arrangement (3 yr)	484.50
May	1984	Stand-by Arrangement (1 yr)	82.75
June	1985	Stand-by Arrangement (1 yr)	66.20
June	1986	Stand-by Arrangement (2 yr)	100.00
Dec.	1987	Stand-by Arrangement (16 mos)	94.00
Nov.	1989	Stand-by Arrangement (17 mos)	175.80
Sept.	1991	Stand-by Arrangement (1 yr)	82.75

Fonte: Grootaert (1993), p. 26

Paralelamente, enquanto estadista advindo das zonas rurais marfinenses e produtor agrícola, Houphouët-Boigny zelava pelas boas relações com a elite agrícola, base de seu apoio político. Dessa forma, o zelo pela manutenção de boas condições de vida na zona rural do país em detrimento de um surto inflacionário, de cortes nos gastos públicos nas áreas urbanas e do congelamento generalizado dos salários de funcionários públicos encontra eco na própria sobrevivência do governo do PDCI.

4.2 Gana

Primeiro Estado da África Subsaariana a conquistar sua independência (1957), Gana é tomado como um caso de sucesso dentre os países submetidos aos PAEs. Os excelentes índices macroeconômicos conquistados a partir de 1983, data do aceite inicial aos programas propostos

pelas IFIs, foram marcados principalmente pelo crescimento sustentado do PIB, com consequências positivas para a renda *per capita*, e pelo relativo controle da inflação, que beirava os 80% anuais no início da década de oitenta (GEBREGZIABHER, 2015).

Essa narrativa triunfante dos PAEs em um país africano deu margem a um amplo espectro de estudos, sejam eles em favor ou contrários às políticas propostas pelas IFIs. Não apenas a história ganesa a partir dos anos oitenta é única se comparada às de outros países receptores por ter de fato apresentado resultados econômicos positivos, mas também ela é marcante por ter se dado em meio a um regime de exceção cuja linha de ação em pouco dialogava com o ideário defendido pelas principais potências centrais (BERRY, 1995; IBRAHIM, 2003).

Após cerca de sete décadas de colonização britânica sob a denominação de Costa do Ouro, Gana conquistou sua independência em 1957 sob a liderança de Kwame Nkrumah, marxista confesso. No governo, Nkrumah procurou impulsionar a indústria ganesa, negligenciando o campo e as principais produções do país: o cacau e o próprio ouro (KILLICK, 2010). Se no âmbito social o governo nkrumista alcançou resultados relativamente satisfatórios, a questão econômica era mais complexa – se, no momento da independência, Gana era o país africano com maiores reservas monetárias herdadas do período colonial, elas estavam próximas do esgotamento em meados dos anos sessenta (BERRY, 1995). Assim, Nkrumah passou a buscar empréstimos no exterior para satisfazer as demandas de seu projeto nacional. Com a queda de seu governo e após três anos de junta militar, Kofi Busia assumiu o poder e aproximou Gana do Bloco Capitalista. Sem conseguir lidar, contudo, com antagonismos locais, ele foi igualmente derrubado em 1972 (ELISCHER, 2013).

Os anos setenta foram marcados pelos regimes militares de Ignatius Acheampong e Fred Akuffo, ambos mortos em 1979 após um golpe de Estado liderado por um jovem tenente – Jerry Rawlings (BERRY, 1995; GOCKING, 2005). Dois anos depois, Rawlings voltaria a liderar um golpe de Estado, dessa vez para retirar o presidente democraticamente eleito, Hilla Limann, do poder. Após a tomada do poder, o *Provisional National Defence Council* (PNDC), grupo de jovens oficiais que controlava o governo, buscou, em primeiro lugar, a ajuda soviética (BERRY, 1995). Entretanto, estando a própria União Soviética em um período de relativa dificuldade econômica, Gana não logrou obter a cooperação econômica de que necessitava.

Em 1983, frente a um quadro de deterioração da economia nacional que perdurava mais de uma década, Rawlings e o PNDC se viram obrigados a recorrer aos PAEs após o advento de uma das maiores secas da história do país

Os resultados macroeconômicos em Gana não foram positivos apenas em termos comparativos, mas também absolutos. Conforme Green (1988, p. 117, tradução nossa):

1) O PIB cresceu 20% em termos reais entre 1983 e 1986; 2) tanto as exportações quanto os fluxos de capital aumentaram ainda mais vertiginosamente; 3) a inflação caiu 25% um ano após os índices apresentarem três dígitos; 4) pela primeira vez desde os anos cinquenta a produção de alimentos apresentou crescimento, inclusive a taxas maiores do que a de crescimento demográfico; 5) o salário mínimo real era o dobro do apresentado em 1983.
21

Com os positivos resultados sobre índices macroeconômicos apresentado ao longo dos anos oitenta, Gana foi tomada como exemplo ao longo dos anos oitenta de um caso de sucesso na implementação dos PAEs. Não obstante o constante crescimento econômico, o avanço das exportações e a entrada de capital estrangeiro, esses resultados não se traduziam em ganhos sociais para a população ganesa. No final dos anos oitenta, era notória a preocupação quanto a real sustentação dos índices então apresentados e a consciência de que os serviços públicos estavam ainda piores do que no início da década (GREEN, 1988, p. 117).

Os índices de mortalidade infantil, expectativa de vida, desnutrição e pobreza absoluta estavam piores do que em meados dos anos setenta. Em alguns casos, os índices ainda mais críticos do que no momento da independência – um quadro que simboliza a passagem do status de país de renda média para o de país de renda baixa ao longo desse quartel de século (GREEN, 1988, p. 118).

Entre 1980 e 1994, o país acabou apresentando uma quantidade maior de investimento público em relação ao privado, ao contrário do padrão apresentado pela maioria dos países africanos (MLAMBO; OSHIKOYA, 1999, p. 30). Apesar de o sucesso dos PAEs em Gana estar concentrado também em fatores econômicos, não se olvida o fato de que o Governo Rawlings, sua retórica e a capacidade de obter apoio externo tiveram importante papel (GREEN, 1988, p. 117).

²¹ Do original, em inglês: (1) GDP rose 20% in real terms from 1983 through 1986; (2) both exports and net inward financial transfers rose even more sharply; (3) inflation has been brought down to 25% a year from pre-stabilization levels often approaching three digits; (4) for the first time since the early 1950s food production appears to be on an upward trend, rising at least as rapidly as population; (5) real minimum wages in early 1987 were twice early 1983 levels.

Muito mais negligenciado, porém, é o papel desempenhado pelo PNDC na união nacional demandada por esse momento de difícil conjuntura social. Ao privilegiar as relações Norte-Sul dentro do país – isto é, opondo as populações menos privilegiadas e majoritariamente agrícolas do norte – em detrimento da velha rivalidade entre elites akan e ewe, Rawlings inaugurou o que Elischer (2013, p. 142) denomina o “Fator Rawlings”. Ao aliar um discurso interno próximo até mesmo ao Socialismo e aceitar as condicionalidades políticas impostas por IFIs, o PNDC constitui um ponto fora da curva nos casos de países que adotaram os PAEs no continente africano (ADEDEJI, 2001 apud ELISCHER, 2013, p. 142).

Ao ultrapassar as antigas divisões políticas do nkrumismo e do busianismo, unindo políticas internas que inicialmente socializantes às condicionalidades políticas e econômicas das IFIs, Rawlings cooperou para a garantia da estabilidade política que viria a continuar na IV República Ganesa (1992-) e que não foi conquistada na Costa do Marfim, por exemplo. Assim, frente à consagração de eleições impostas pelo BM e sugerida por outros aliados internacionais, Rawlings logrou se manter no poder por duas eleições consecutivas (1992 e 1996) e, em um gesto raro nas transições democráticas africanas, não buscou uma nova e inconstitucional reeleição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O endividamento externo, tema amplamente pesquisado para os casos latino-americanos em nossa Academia, ainda é negligenciado no caso dos Estados africanos. Esta monografia tentou modestamente superar essa lacuna. Ao abordar o processo histórico de formação da dívida externa, de eclosão da crise que afetou sobretudo os países periféricos e as respostas oferecidas pelas Instituições Financeiras Internacionais, o trabalho almejou analisar a partir de uma perspectiva africana um fenômeno ocorrido em diversos espaços geográficos do globo. Visto que vários países africanos ainda não superaram essa dívida – vide Apêndice A – e tiveram seus rumos políticos e econômicos transformados pela adoção dos Programas de Ajuste Estrutural, o trabalho mostra-se importante para a compreensão da economia política africana contemporânea.

Para cumprir com os objetivos estabelecidos na seção introdutória da monografia, o trabalho postulou três hipóteses: a formação da dívida externa de países africanos contou com causas internas e externas; os PAEs não propuseram medidas que condiziam com as reais necessidades apresentadas por países africanos; e, em que pese as semelhanças entre os PAEs adotados pelos diversos países endividados, os efeitos dos PAEs sobre os Estados receptores dependeram do contexto político apresentado por esses países.

Em relação à primeira hipótese, verificada na seção de número dois da monografia, ela comprovou-se verdadeira. A formação da dívida externa africana, por um lado, não seria possível sem as condições proporcionadas pela oferta de crédito apresentada por bancos privados, sobretudo europeus e americanos, tampouco sem as crises econômicas pelas quais países centrais passaram, sobretudo nos anos setenta – estes momentos de crise tiveram um reflexo direto nos termos de troca de países africanos. Por outro lado, as características pertinentes aos recém-independentes Estados africanos, frágeis institucionalmente e com fronteiras defendidas pelas Nações Unidas e pela própria Organização da Unidade Africana, demandavam um influxo de recursos contínuo, o que garantiria a própria “sobrevivência do Estado” e a estabilidade de diversos governos. Em um momento de alta liquidez no sistema interbancário e de alta demanda por parte dos países africanos, os bancos privados e os Estados do continente africano foram protagonistas da formação da dívida externa africana.

Ainda quanto à primeira hipótese, reforçando a participação de elementos externos ao continente africano, os países endividados africanos passaram a enfrentar problemas para arcar com as suas dívidas externas geradas em anos anteriores a partir de 1979. Isso se deu, por um lado, pelo aumento repentino do serviço da dívida com o aumento na taxa de juros por parte do Fed, elevação que multiplicou o volume em débito caso os empréstimos tenham sido tomados com taxas de juros pós-fixadas. Além disso, porém, a política econômica americana iniciada com o “Volcker Shock” provocou uma nova fase de crises econômicas, incitando um novo ciclo de queda nos preços internacionais de produtos primários. Nesse sentido, os países africanos passaram a ter maior dificuldade em obter divisas.

No que diz respeito à segunda hipótese, verificada na seção de número três, os devedores em dificuldade para arcar com suas dívidas voltaram a recorrer a novos empréstimos para pagar dívidas anteriores, passando a ficar ainda mais dependentes dos bancos privados. O auge da dependência de credores privados foi 1982, quando as moratórias de México e Polônia colocaram os bancos em sinal de alerta. A partir de então, as IFIs passaram a participar ativamente das negociações com os países devedores ao oferecerem novos empréstimos, dentro do escopo dos Programas de Ajuste Estrutural. Contudo, os PAEs provaram ser um veículo de políticas liberalizantes, as condicionalidades, que refletiam o ideário econômico em voga em Estados como EUA e Grã-Bretanha. Ao diminuir a participação dos Estados africanos, principais facilitadores e indutores de investimento no continente africano, os PAEs frearam o desenvolvimento econômico do continente e não foram acompanhados do investimento privado prometido. Ademais, os PAEs, ao demandarem a adoção de condicionalidades políticas e econômicas dos países receptores, colaboraram para o “re-enquadramento” político e econômico de Estados africanos.

A terceira hipótese, verificada através da seção de número quatro, prova-se verdadeira a partir dos diferentes resultados obtidos nos dois estudos de caso analisados – Costa do Marfim e Gana. Enquanto o governo marfinense privilegiou os latifundiários, origem do então presidente Houphouët-Boigny e outros dirigentes do PDCI, em detrimento dos trabalhadores urbanos, do setor produtivo das maiores cidades do país e da espera por investimentos produtivos que não lograram ancorar em território marfinense apesar das amistosas relações com a França e outros Estados ocidentais. Em Gana, os PAEs foram adotados pelo PNDC, agrupamento militar e, de acordo com Elischer (2013), de cunho populista. Certos da centralidade do Estado para o desenvolvimento

nacional, Jerry Rawlings e seus correligionários apostaram na liderança e no carisma do então presidente, que através da napoleônica figura do “Fator Rawlings” conseguiu unificar o país e, inclusive, fazer uma estável transição democrática em anos posteriores. Ao contrário da Costa do Marfim, em que a elite política não hesitou em adotar as medidas propostas pelas IFIs – a não ser quando recomendaram o corte em subsídios que afetam os próprios latifundiários –, Gana logrou impor alguma de suas vontades e, como aponta Akonor (2008), abrindo mão do cumprimento de determinadas condicionalidades. À diferença de outros países africanos, Gana apresentou até mesmo um aumento contínuo no investimento público, cobrindo as lacunas não preenchidas por investidores privados.

O trabalho encontrou algumas limitações, que poderão ser utilizadas como base para estudos posteriores e mais aprofundados sobre o tema. Em primeiro lugar, os estudos dos acordos travados entre os países africanos e as IFIs precisa ser analisado em suas versões primárias para a maior completude de sua análise. O acesso a esses acordos, porém, é difícil, e os documentos mais próximos aos acordos componentes de PAEs que logram-se obter são os próprios relatórios das IFIs sobre o desempenho dos mesmos.

Em segundo lugar, o período de transição entre os PAEs e outras versões mais atualizadas criadas pelas IFIs entre o final da década de oitenta e o início do decênio seguinte podem e devem ser analisados para maior compreensão das cláusulas democráticas e dos empréstimos setoriais, que proporcionaram melhores, embora não de todo satisfatórios, resultados para os países africanos a partir dos anos noventa. Pacotes como os *Enhanced Advanced Facilities* (ESAFs) do FMI ou a iniciativa *Highly Indebted Poor Countries* (HIPC) passaram a introduzir a sociedade civil – ainda pouco definida – no debate sobre a questão da dívida, além de conferir maior voz aos próprios países africanos. O maior protagonismo de países devedores foi cristalizado na criação da NEPAD em 2001, iniciativa que, se não rompeu com o ideário liberal, possibilitou aos próprios países africanos o monitoramento de questões relativas ao endividamento externo.

Outrossim, o início do Século XXI aponta o surgimento de uma ordem multipolar, caracterizada, no caso africano, pela presença das chamadas “potências emergentes” no continente, com destaque para Brasil, China e Índia (REID, 2012; VISENTINI; CEBRAFRICA, 2013). A China emerge como o mais importante componente da barganha entre Estados africanos e atores extrarregionais, sobretudo IFIs. O melhor posicionamento africano a partir da possibilidade de

aliança com Pequim se dá, por exemplo, através de empréstimos junto ao governo chinês, aliviando as pressões exercidas pelo FMI por maior liberalização de sua economia nacional em troca de crédito (RENO, 2009, p. 195; 202-03).

6 REFERÊNCIAS

- ADEJUMOBI, Said. Introduction: State, Economy, and Society in a Neo- Liberal Regime. In: ADEJUMOBI, Said (Ed.). **State, Economy and Society in Post-Military Nigeria**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2011, p. 1-19.
- ADEJUMOBI, Said. Structural Reform and its Impact on the Economy and Society. In: ADEJUMOBI, Said; MOMOH, Abubakar (Eds.). **The Political Economy of Nigeria under Military Rule: 1984-1993**. Harare: SAPES Books, 1995, p. 163-193.
- AKONOR, Kwame. **Africa and IMF Conditionality**. The Unevenness of Compliance, 1983-2000. New York: Routledge, 2006.
- AMIN, Samir. **Neo-Colonialism in West Africa**. New York: Monthly Review Press, 1973.
- AMIN, Samir. **The Law of Worldwide Value**. London/New York, NY: Monthly Review Press, 2010.
- ARMSTRONG, Philip; GLYN, Andrew; HARRISON, John. **Capitalism since 1945**. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- ARYEETEEY, Ernest; KANBUR, Ravi (Eds.). **The Economy of Ghana: Analytical Perspectives on Stability, Poverty and Growth**. Oxford: James Currey, 2007.
- BALASSA, Bela. Structural Adjustment Policies in Developing Countries. **World Bank Staff Working Paper**, Washington, D.C, n. 464, July 1981.
- BERRY, LaVerle (Ed.). **Ghana: A Country Study**. 3. Ed. Washington, D.C.: Federal Research Division, 1995.
- BIRD, Graham. IMF Programs: Do They Work? Can They be Made to Work Better? **World Development**, vol. 29, n. 11, p. 1849-1865, 2001.
- BISSIO, Roberto Remo (Ed.). **Guia do Terceiro Mundo, 1984-85**. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo, 1984.
- BISSIO, Roberto Remo (Ed.). **Guia do Terceiro Mundo, 1989-90**. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo, 1988.
- BIZ, Osvaldo; GIRARDI, Leopoldo J. **A Dívida Externa Brasileira e o FMI**. 6. Ed. Porto Alegre: Emejota, 1984.
- CHAZAN, Naomi; *et al.* **Politics and Society in Contemporary Africa**. 3. Ed. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1999.
- CLAPHAM, Christopher. **Third World Politics: An Introduction**. London: Routledge, 1985.
- CLAPHAM, Christopher. **Africa and the International System: The Politics of State Survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DAVIDSON, Basil. **Africa in History: Themes and Outlines**. New York, NY: Simon and Schuster, 2005.

DREHER, Axel. IMF and Economic Growth: The Effects of Programs, Loans, and Compliance with Conditionality. **World Development**, vol. 34, n. 5, p. 769-788, 2006.

DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy S. (Eds.) **Africa's Challenge to International Relations Theory**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2001.

EASTERLY, William. What did structural adjustment adjust? The association of policies and growth with repeated IMF and World Bank adjustment loans. **Journal of Development Economics**, vol. 76, p. 1-22, 2005.

EASTERLY, William. **The White Man's Burden: Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done so Much Ill and so Little Good**. New York, NY: Penguin Press, 2006.

EGWU, Samuel. Ethno-Religious Conflicts and National Security in Nigeria: Illustrations from the "Middle Belt". In: ADEJUMOBI, Said (Ed.). **State, Economy and Society in Post-Military Nigeria**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2011, p. 49-83.

EICHENGREEN, Barry J. **Globalizing Capital: A History of the International Monetary System**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1998.

ELISCHER, Sebastian. **Political Parties in Africa: Ethnicity and Party Formation**. New York, NY: Cambridge University Press, 2013.

FEIGENBAUM, Harvey; HENIG, Jeffrey; HAMNETT, Chris. **Shrinking the State: The Political Underpinnings of Privatization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

FIORI, José Luís. Globalização, Hegemonia e Império. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Orgs.). **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 87-147.

GEBREGZIABHER, Fiseha. Adjustment and Long-Run Economic Performance in 18 African Countries. **Journal of International Development**, vol. 27, p. 170-196, 2015.

GO, Delfin S.; PAGE, John (Eds.) **Africa at a Turning Point? Growth, Aid and External Shocks**. Washington, D.C.: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2008.

GOCKING, Roger S. **The History of Ghana**. Westport: Greenwood Press, 2005.

GORDON, April A.; GORDON, Donald L. (Eds.) **Understanding Contemporary Africa**. 4. Ed. Boulder, CO: Lynne Rienner, 2006.

GOTTINIAUX, Pierre; et al. **World Debt Figures 2015**. Liège: CADTM, 2015. Disponível em: <http://cadtm.org/World-Debt-Figures-2015>. Último acesso em 09 de outubro de 2015.

GREEN, D. M. Structural Adjustment and Politics in Ghana. **TransAfrica Forum**, vol. 8, n. 2, p. 67-90, 1991.

GREEN, Reginald Herbold. Structural Adjustment in Ghana. **Food Policy**, p. 117-118, 1988.

GROOTAERT, Christiaan. The Evolution of Welfare and Poverty under Structural Change and Economic Recession in Côte d'Ivoire, 1985-1988. **World Bank Working Papers**, Washington, D.C., January 1993.

HARRIGAN, Jane; WANG, Chengang; EL-SAID, Hamed. The Economic and Political Determinants of IMF and World Bank Lending in the Middle East and North Africa. **World Development**, vol. 34, n. 2, p. 247-270, 2006.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. New York, NY: Oxford University Press, 2007.

HAYTER, Teresa. **Aid as Imperialism**. Harmondsworth: Penguin Books, 1971.

HEAD, John W. **Losing the Global Development War: A Contemporary Critique of the IMF, the World Bank, and the WTO**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2008.

HEILBRUNN, John R. L'Afrique et l'économie politique internationale. In: GAZIBO, Mamoudou; THIRIOT, Céline (Eds.). **Le Politique en Afrique: État des débats et pistes de recherche**. Paris: Karthala, 2009, p. 255-288.

HELLEINER, Eric. **States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990s**. Ithaca: Cornell Paperbacks, 1996.

HELLEINER, G. K. The IMF, The World Bank and Africa's Adjustment and External Debt Problems: An Unofficial View. **World Development**, vol. 20, n. 6, p. 779-792, 1992.

HERBST, Jeffrey. The Creation and Maintenance of National Boundaries in Africa. **International Organization**, v. 43, 1989, p. 673-692.

HERBST, Jeffrey. The Structural Adjustment of Politics in Africa. **World Development**, vol. 18, n. 2, p. 949-958, 1990.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

HOBSBAWM, Eric. **The Age of Extremes: The Short Twentieth Century, 1914-1991**. London: Abacus, 1995.

HOUT, Wil. **The Politics of Aid Selectivity: Good Governance Criteria in World Bank, U.S. and Dutch Development Assistance**. London: Routledge, 2007.

HUGON, Phillipe. **L'Économie d'Afrique**. 4. Ed. Paris: La Découverte, 2003.

HUTCHFUL, Eboe. Military Policy and Reform in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, Cambridge, vol. 35, n. 2, p. 251-278, 1997.

IBRAHIM, Jibrin. **Democratic Transition in Anglophone West Africa**. Dakar: CODESRIA, 2003.

ILIFFE, J. **Africans: The History of a Continent**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

JARRET, Marie-France; MAHIEU, François-Régis. Ajustement Structurel, Croissance et Répartition: l'Exemple de la Côte d'Ivoire. **Tiers-Monde**, vol. 32, n.125, 1991. p. 39-62.

JESSOP, Bob. The continuing ecological dominance of neoliberalism in the crisis. In: SAAD-FILHO, Alfredo; YALMAN, Galip L. (Eds.). **Economic Transitions to Neoliberalism in Middle-income Countries: Policy Dilemmas, economic crises, forms of resistance**. New York, NY: Routledge, 2010, p. 25-38.

JOSHI, Vijay. International Adjustment in the 1980s. **World Bank Staff Working Paper**, Washington, D.C, n. 485, August 1981.

KANBUR, Ravi. Poverty and the Social Dimensions of Structural Adjustment in Cote d'Ivoire. **Social Dimensions of Adjustment in Sub-Saharan Africa**, Working Paper, Washington, D.C., 1990.

MULAMBO, Kupukile; OSHIKOYA, Temitope W. Investment, Macroeconomic Policies and Growth. In: KAYIZZI-MUGERWA, Steve. (Ed.) **The African Economy: Policy, Institutions and the Future**. London: Routledge, 1999, p. 28-49.

KILLICK, Tony. **IMF Programmes in Developing Countries**. Design and Impact. New York: Routledge, 1995.

KILLICK, Tony. **Development Economics in Action: A Study of Economic Policies in Ghana**. 2. Ed. London: Routledge, 2010. PDF E-book.

KLEIN, Naomi. **The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism**. New York: Metropolitan Books, 2007.

KRUEGER, Anne O. The Effects of Trade Strategies on Growth. **Finance and Development**, Washington, D.C., vol. 20, n. 2, June 1983.

LEE, David Robinson; BERAZNEVA, Julia; NDULO, Muna. Africa's Dual Crises: The Food and Financial Crises and their Effects in Sub-Saharan Africa – Introduction and Overview. In: LEE, David Robinson; NDULO, Muna. **The Food and Financial Crises in Sub-Saharan Africa: Origins, Impacts and Policy Implications**. Wallingford: CABI, 2011, p. 1-21.

LEWIS, Pierre Mouandjo B. **Crise et Croissance en Afrique: Tome I, L'Économie Politique de l'Afrique au XXI^e Siècle**. Paris: L'Harmattan, 2002.

- LIEBENTHAL, Robert. Adjustment in Low-Income Africa 1974-78. **World Bank Staff Working Paper**, Washington, D.C, n. 486, August 1981.
- LUNDAHL, Mats; WYZAN, Michael L. (Eds.). **The Political Economy of Reform Failure**. Abingdon-on-Thames: Routledge, 2005.
- MAFABI, Hubert; WAISWA, Stella. **History of West Africa: 1000 AD to Independence**. Kampala: Fountain Publishers, 2012.
- MANNING, Patrick. **Francophone Sub-Saharan Africa 1880-1995**. Cambridge: Cambridge University Press: 2004. PDF E-book.
- MASSON, Paul R.; PORTILLO, Catherine. **The Monetary Geography of Africa**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2005.
- MCAROLE, Megan. Two Years in, Obama Still Has an Unemployment Problem. **The Atlantic**, 08 de outubro de 2010. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/business/archive/2010/10/two-years-in-obama-still-has-an-unemployment-problem/64282/>. Último acesso em 16/11/2015.
- MICHELENA, José A. **A Crise no Sistema Mundial: Política e Bloco de Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MINGST, Karen A. The Ivory Coast at the Semi-Periphery of the World-Economy. **International Studies Quarterly**, vol. 32, n.3, p. 259-274, 1988.
- MISTRY, Percy S. **Resolving Africa's Multilateral Debt Problem: A Response to the IMF and the World Bank**. The Hague: FONDAD, 1996.
- MKANDAWIRE, Thandika; SOLUDO, Charles C. **Our Continent, Our Future: African Perspectives on Structural Adjustment**. Asmara: Africa World Press, 1998.
- MOFFITT, Michael. **O Dinheiro do Mundo: De Bretton Woods à Beira da Insolvência**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MOMOH, Abubakar. The Political Economy of Transition to Civil Rule. In: ADEJUMOBI, Said; MOMOH, Abubakar (Eds.). **The Political Economy of Nigeria under Military Rule: 1984-1993**. Harare: SAPES Books, 1995, p. 16-56.
- MOSLEY, Paul; HARRIGAN, Jane; TOYE, John. **Aid and Power: The World Bank & Policy-based Lending, Volume 1**. 2. Ed. New York, NY: Routledge, 1995.
- MSANGI, Siwa; ROSEGRANT, Mark. Future Challenges for the World Food Economy and Sub-Saharan Africa: Major Environmental and Socioeconomic Drivers of Change. In: LEE, David Robinson; NDULO, Muna. **The Food and Financial Crises in Sub-Saharan Africa: Origins, Impacts and Policy Implications**. Wallingford: CABI, 2011, p. 61-93.
- MUNDT, Robert J. **Historical Dictionary of Côte d'Ivoire (the Ivory Coast)**. 2. Ed. Lanham, MD: Scarecrow Press, 1995.

- NDULU, Benno J. et al. (Eds.). **The Political Economy of Economic Growth in Africa, 1960-2000**. Volume 1. New York, NY: Cambridge University Press, 2008.
- REID, Richard J. **A History of Modern Africa: 1800 to the present**. 2. Ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012.
- RENO, William. The Privatization of Africa's International Relations. In: HARBESON, John W.; ROTHCHILD, Donald (Eds.). **Africa in World Politics: Reforming Political Order**. 4. Ed. Boulder, CO: Westview Press, 2009, p. 190-212.
- RIDELL, John Barry. Things Fall Apart Again: Structural Adjustment Programmes in Sub-Saharan Africa. **The Journal of Modern African Studies**, Cambridge, vol. 30, n. 1, p. 53-98, 1992.
- RODRIK, Dani. How Should Structural Programs be Designed? **World Development**, vol. 18, n. 7, p. 933-947, 1990.
- SAMPSON, Anthony. **Os Credores do Mundo: Os Banqueiros Internacionais que financiam a Dívida Externa**. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- SCHEER, Robert. **The Great American Stickup: How Reagan Republicans and Clinton Democrats Enriched Wall Street While Mugging Main Street**. New York, NY: Nation Books, 2010.
- SEDDON, David; SEDDON-DAINES, Daniel. **A Political and Economic Dictionary of Africa**. London: Routledge, 2005. E-book.
- SILVA, Igor Castellano da. **Congo: A Guerra Mundial Africana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.
- SINGER, Paul. **O Capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. 4. Ed. São Paulo: Editora Moderna, 1989.
- TAVARES, Maria da Conceição. A Retomada da Hegemonia Norte-Americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Orgs.). **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 27-53.
- TEMPLE, Jonathan R. W. Aid and Conditionality. In: RODRIK, Dani; ROZENZWEIG, Mark R. (Eds.). **Handbook of Development Economics: Volume 5**. Oxford: Elsevier, 2010, p. 4415-4524.
- THE WORLD BANK. **Annual Report 1982**. Washington, D.C.: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 1982.
- THE WORLD BANK. **Sub-Saharan Africa: Progress Report on Development Prospects and Programs**. Washington, D.C.: The World Bank, 1983.
- THE WORLD BANK. **Côte d'Ivoire in Transition: From Structural Adjustment to Self-Sustained Growth**. Washington, D.C.: The World Bank, 1987.

THE WORLD BANK. Data. Disponível em: <http://data.worldbank.org/>. Último acesso em 16 de novembro de 2015.

VAN DE WALLE, Nicolas. Political Liberation and Economic Policy Reform in Africa. **World Development**, vol. 22, n. 4, p. 483-500, 1994.

VAN DE WALLE, Nicolas; BALL, Nicole; RAMACHANDRAN, Vidraya (Eds.). **Beyond Structural Adjustment: The Institutional Context of African Development**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2003.

VISENTINI, Paulo Fagundes; CEBRAFRICA. **A África e as Potências Emergentes**. Nova Partilha ou Cooperação Sul-Sul? Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Bases Históricas da Crise Mundial. In: VIZENTINI, Paulo Fagundes (Org.). **A Grande Crise: A nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90**. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Africa, The Politics of Independence**. New York, NY: Vintage Books, 1961.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Africa, The Politics of Unity**. New York, NY: Vintage Books, 1967.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Africa: The Politics of Independence and Unity**. Lincoln, NE: Bison Books, 2005.

WALTON, John; SEDDON, David. **Free Markets and Food Riots: The Politics of Global Adjustment**. Oxford: Blackwell, 1994.

WILLIAMSON, John (Ed.). **IMF Conditionality**. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1983.

WODON, Quentin (Ed.). **Growth and Poverty Reduction: Case Studies from West Africa**. Washington, D.C.: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2007.

WOOD, Robert E. **From Marshall Plan to Debt Crisis: Foreign Aid and Development Choices in the World Economy**. Berkeley: University of California Press, 1986.

7 APÊNDICE A – Dívida Externa Total, Longo Prazo, incluindo FMI: África Subsaariana, Costa do Marfim, Gana (US\$ bi, câmbio atualizado)

	África Subsaariana*	Costa do Marfim	Gana
1972	17,6	0,8	1,1
1973	22,6	1,2	1,4
1974	28	1,4	1,4
1975	32,9	2	1,3
1976	37,3	2,5	1,3
1977	47,4	4,1	1,5
1978	61,4	6,1	1,7
1979	74,3	7,7	1,9
1980	92,7	12,6	2,3
1981	104,2	13	2,3
1982	119,8	14,6	2,4
1983	132,6	14,6	2,4
1984	136,8	14,5	2,4
1985	160,5	16,5	2,7
1986	194,2	19,9	3,5
1987	243,6	23,1	4,5
1988	245,5	21,8	4,4
1989	268,4	23,1	4,7
1990	298,5	26,4	5,3
1991	308,7	27,7	5,8
1992	300,9	27,7	6,1
1993	305,7	27,4	6,7
1994	330,3	27,7	7,6
1995	344,5	29,1	8,4
1996	333,2	26,4	9,1
1997	317,7	24,9	9,3
1998	331,2	25,2	10,5
1999	308	22,5	10,8
2000	315,5	21	10,6
2002	318,6	20,7	12,3
2004	357,3	24,1	12,2
2006**	214,4	23,2	4,5

* Sem África do Sul.

** Em 2006, US\$ 100 bi foram reduzidos na Debt Relief Initiative.

Fonte: The World Bank, 2015 (elaboração própria).